



Índice

- 01** Parlamento: Nota pela revogação da Portaria 303
- 02** O que está por trás de mais um anúncio de paralisação de demarcação no Sul?
- 03** Júri absolve indígenas Xukuru em Arcoverde
- 04** Dia da Consciência Negra: Quilombolas do Vale do Ribeira vivendo a resistência de Zumbi
- 05** Supremo suspende ampliação de terra indígena entre MT e Pará
- 06** AC – Povos indígenas criticam falta de diálogo e apoio do governo
- 07** Maria Rita Kehl visita amanhã Yvy Katu, pela Comissão Nacional da Verdade, levada pelo MPF Marco Antônio Delfino
- 08** ISA publica segunda edição do livro Vocês, brancos, não têm alma
- 09** Ruben Figueiró volta a cobrar a atenção do governo à questão indígena
- 10** Prejuízo cultural: Câmara de Curitiba deve ir ao STF contra suspensão do Dia da Consciência Negra
- 11** Seminário em Brasília reúne mulheres indígenas das cinco regiões
- 12** Nota da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas/RS
- 13** Madeiras de Mato Grosso recebem multas milionárias por retirar madeira de terra indígena
- 14** MS – “Fazendeiros criam fundo para financiar milícias na guerra contra índios”



- 15** Documento Final da XX Assembleia Geral do Cimi
- 16** Há um ano, os Munduruku levam o corpo de Adenilson de volta para a aldeia (vídeo chocante, mas essencial)
- 17** Comissão aprova sustação de portaria que demarca terra indígena no RS
- 18** Índios se recusam a deixar fazenda ocupada em MS, diz Polícia Federal
- 19** Fazendeiros criam fundo para "guerra" com índios
- 20** Grupos indígenas mantêm ocupação da sede da Funai em Manaus
- 21** Mais de 300 índios impedem trem de seguir viagem em Ortigueira
- 22** STF suspende registro imobiliário da área indígena
- 23** Luiz Fux suspende ampliação de reserva indígena
- 24** Fogo ancestral marca início dos Jogos dos Povos Indígenas em MT
- 25** Atletas de Barra do Bugres participam dos Jogos Indígenas
- 26** Mato Grosso será sede de encontro entre indígenas de todo o Brasil
- 27** Com "Fogo Ancestral" XII Jogos Indígenas começará nesta sexta
- 28** COMUNIDADE DO ABC LANÇA O 1º CAMPEONATO DE FUTEBOL 7 DE INTEGRAÇÃO INDÍGENA
- 29** Rumo a 2ª Marcha Nacional da Periferia com o Quilombo Raça e Classe
- 30** Movimento de resistência
- 31** Câmara de Vereadores de Petrolina promove Audiência Pública sobre Educação Indígena e Quilombola



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2013

Brasília, 8 de novembro de 2013.

-
- 32** 3ª CONAPIR é encerrada com pedidos por mais políticas públicas para comunidades tradicionais

 - 33** A exploração econômica e os conflitos em terras indígenas



Parlamento: Nota pela revogação da Portaria 303

SÍTIO CIMI, 7.11.2013

Nós, Deputados e Deputadas que integramos a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos e a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, na Câmara dos Deputados, tendo em vista o julgamento sobre a Petição 3388, pelo STF, no dia 23 de outubro de 2013, sobre o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, vimos a público manifestar nosso integral repúdio às pretensões manifestadas pelo Advogado-Geral da União, Ministro Luis Inácio Adams, de reeditar a Portaria 303/2012, que pretendia estender as condicionantes instituídas por ocasião do julgamento da homologação da Raposa Serra do Sol, em 2009, a todas as terras indígenas do País.

Entendemos que tal medida, mesmo que suspensa desde abril, devido às pressões das mobilizações indígenas, foi responsável pelo agravamento da insegurança jurídica e social, pelo aumento da violência e pelo o recrudescimento do preconceito racial contra os povos indígenas. Estamos convencidos de que tal medida, a guisa de uniformizar a atuação dos advogados da União em casos idênticos, atende exclusivamente aos interesses dos ruralistas, mineradores e indústria petrolífera, que pretendem, com isso, avançar sobre os territórios indígenas, a fim de explorar os recursos naturais e minerais preservados graças a presença dos povos originários, em detrimento dos direitos indígenas.

Consideramos que a decisão da Suprema Corte, em relação à Petição 3388, afasta definitivamente a pretensa generalização das 19 condicionantes, ao afirmar que: "a decisão proferida na PET 3.388/RR não vincula juízes e tribunais quando do exame de outros processos, relativos a terras indígenas diversas". Apesar disso, o Advogado-Geral se apressa em afirmar que pretende insistir na reedição desta malfadada portaria, contrariando o bom senso e atentando contras os direitos fundamentais dos povos indígenas.

Ao invés de tentar criar obstáculos, a União deve se empenhar para agilizar os processos de demarcação que se encontram paralisados, alguns há anos, aguardando despachos meramente administrativos, em claro descumprimento a preceitos fundamentais e constitucionais, uma vez que a Suprema Corte já reafirmou o direito originário dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Portanto, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos e a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas reiteram a recomendação de que a Advocacia Geral da União revogue a Portaria 303 e se abstenha de editar quaisquer outros instrumentos normativos que possam representar obstáculo ao pleno reconhecimento dos direitos originários dos Povos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2013

Brasília, 8 de novembro de 2013.

indígenas às terras por eles ocupadas, conforme previsto na Constituição Federal e na Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

Brasília-DF, 6 de novembro de 2013.

Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos
Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas



O que está por trás de mais um anúncio de paralisação de demarcação no Sul?

SÍTIO CIMI, 7.11.2013

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Regional Sul, vem a público manifestar seu repúdio ao anúncio feito ontem (6) pelo Ministério da Justiça de que suspenderá as demarcações de terras nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Ao invés de cumprir com suas obrigações constitucionais, o ministério propõe novamente a realização das já desacreditadas Mesas de Diálogo. O Cimi Sul lembra que, estranhamente, estas ações já foram anunciadas no mês de março deste ano e, desde então, todos os procedimentos demarcatórios estão paralisados.

Sentindo-se pressionado por agricultores e ruralistas e por agir condicionado aos interesses políticos eleitorais, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, contribui com o agravamento dos conflitos. Com esse tipo de postura irresponsável, ele alimenta a falsa esperança nos ocupantes de terras indígenas de que as áreas em questão não serão demarcadas.

Também consideramos grave o fato de que, ao fazer este anúncio, o Ministério da Justiça desrespeita um acordo feito entre a Justiça Federal, Ministério Público Federal (MPF), agricultores e indígenas, no último dia 24 de outubro, em Erechim, no estado do Rio Grande do Sul, de que a demarcação física oficial da Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha, localizada no município de Sananduva, seria feita a partir do dia 11 de novembro. Sessenta famílias Kaingang realizaram uma autodemarcação da área já declarada como terra indígena no dia 30 de setembro.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul/CUT) e políticos locais, ao invés de contribuírem para a resolução dos conflitos, adotam a mesma postura dos governos federal e estadual. Além de incitarem a violência entre as partes envolvidas no processo, os agricultores e os indígenas, eles têm negado os direitos dos povos Guarani, Kaingang e Xokleng às suas terras tradicionais e também estão iludindo os agricultores com falsas promessas de permanecerem nas terras indígenas.

Um posicionamento mais sensato seria esclarecer os agricultores sobre os seus direitos assegurados pela legislação: a indenização das benfeitorias e o reassentamento, de responsabilidade do governo federal. A Fetraf-Sul e os políticos locais também deveriam cobrar que os governos estaduais assumam a responsabilidade pela venda ilegal dessas terras no processo de colonização e, portanto, façam a indenização das mesmas.

Diante desta posição de total desrespeito aos direitos indígenas, os povos manifestam sua indignação. "Se o governo paralisar o procedimento, vamos nós mesmos desintrusar a área. Se houver derramamento de sangue, a culpa será do ministro da Justiça", afirmou o cacique Leonir Franco Kaingang.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2013

Brasília, 8 de novembro de 2013.

Diante do exposto, o Cimi Sul reitera seu total e irrestrito apoio aos povos indígenas na luta pela garantia de seus direitos.

Brasília , 07 de novembro de 2013

Júri absolve indígenas Xukuru em Arcoverde
SÍTIO CIMI, 7.11.2013



Após 14 anos respondendo processo na Justiça Federal de Pernambuco, as lideranças indígenas Luiz Carlos de Araújo, Augusto Pereira e José Barbosa dos Santos (Zé de Santa), na foto ao lado, foram julgados pelo Tribunal do Júri na Cidade de Arcoverde. Os indígenas responderam pela acusação de tentativa de homicídio mediante emboscada contra o fazendeiro José Cordeiro dos Santos (Zé de Riva), fato ocorrido em janeiro de 1999. Na foto ao lado, um dos absolvidos: o vice-cacique Zé de Santa Xukuru

Contra os indígenas pesava a palavra do fazendeiro Zé de Riva que dizia ter visto, primeiramente, o acusado Luiz Carlos, filho do cacique Chicão, assassinado em maio de 1998, e em depoimentos posteriores, afirmava ter visto os demais acusados no local do crime. O crime ocorreu em 7 de janeiro de 1999, quando o fazendeiro Zé de Riva, juntamente com outras duas pessoas, foi alvejado por disparos de arma de fogo quando se dirigia a uma das suas fazendas.

O Ministério Público Federal (MPF), autor da ação penal, durante o julgamento ocorrido no dia 29 de outubro, reconheceu não haver provas para pedir a condenação dos acusados, tendo por base os três depoimentos prestados pela vítima que, em depoimentos contraditórios, ora afirmava ter visto um dos acusados atirando e, posteriormente, dizia que eram outros. Deste modo, o MPF pediu a absolvição dos acusados por falta de provas, afirmando aos jurados que poderiam dar seu veredicto conforme suas consciências, assim como determina o Código de Processo Penal Brasileiro.

Em contrapartida, os advogados de defesa, logo no início do julgamento, apresentaram cinco testemunhas que comprovaram, de forma contundente, versão diversa da apontada na denúncia, mostrando que os acusados estavam em locais diversos do ocorrido e não participaram da ação que resultou em ferimentos no fazendeiro invasor das terras indígenas. As testemunhas, entre as quais pesquisadores da história e luta dos Xukuru, foram além, contextualizando o processo de criminalização das lideranças indígenas em decorrência da luta pela terra. Zé de Santa, vice-cacique Xukuru, em julho de 2012, já havia sido absolvido pelo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2013

Brasília, 8 de novembro de 2013.

Tribunal do Júri de Arcoverde da acusação de ter sido mandante da liderança indígena Xukuru, Chico Quelé, assassinado no ano de 2001.

O fazendeiro Zé de Riva, após muitas denúncias dos índios e organizações indigenistas e cobranças dos órgãos públicos nacionais e nos organismos internacionais, foi preso pela Polícia Federal em 8 de maio de 2002, acusado de ser o mandante do assassinato do cacique Chicão Xukuru, bem como acusado de diversos outros crimes. Zé de Riva foi encontrado morto por enforcamento na carceragem da PF, 20 dias após sua prisão.

Com base nos depoimentos das testemunhas e na farta documentação dos autos, a defesa pediu a absolvição dos acusados por negativa de autoria, comprovando haver elementos suficientes de inocência e que a acusação não se justificava. Ao final, as lideranças indígenas foram absolvidas pelo Tribunal do Júri da cidade de Arcoverde. Atuaram na defesa dos índios os advogados Guilherme Madi Rezende, Michael Mary Nolan, Sandro Calheiros Lôbo e Adelar Cupsinski.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2013

Brasília, 8 de novembro de 2013.

Dia da Consciência Negra: Quilombolas do Vale do Ribeira vivendo a resistência de Zumbi

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 7.11.2013

Quilombolas do Vale do Ribeira vivendo a resistência de Zumbi!

A **EAACONE**, o **MOAB** e as **ASSOCIAÇÕES QUILOMBOLAS** estão se organizando para comemorar o Dia da Consciência Negra com uma grande manifestação

20 de novembro de 2013

A partir das 9 horas

Entrada para Expovale - Registro



Vamos refazer nossas energias e mostrar que o povo do Vale do Ribeira mantém a **RESISTÊNCIA DE ZUMBI!**

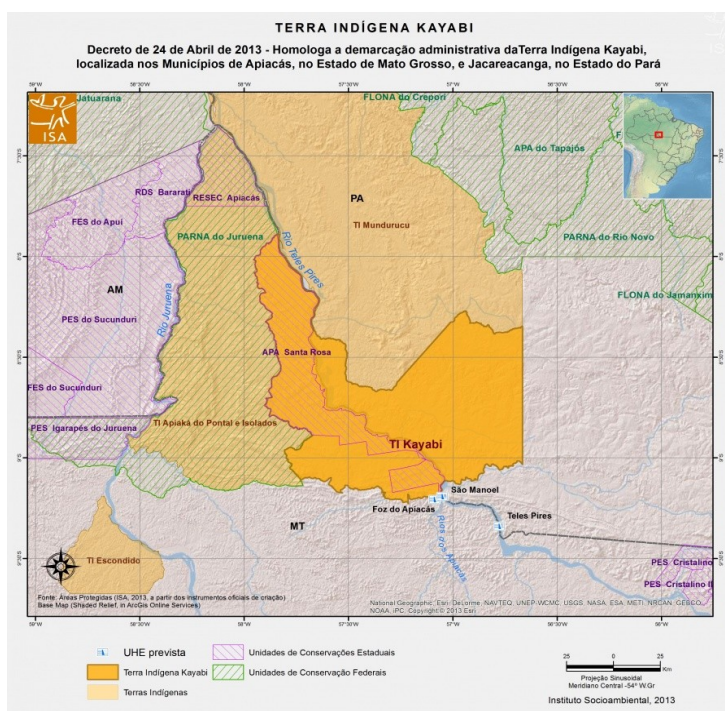
Informações: 13-3871-1877



Supremo suspende ampliação de terra indígena entre MT e Pará

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 7.11.2013

Ministro Luiz Fux, do STF, suspendeu efeitos de decreto presidencial. Ampliação de terra Kayabi provocou embate entre governo de MT e União.



Renê Dióz, do G1 MT

Decisão proferida nesta quarta-feira (6) pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspende a ampliação da área da terra indígena Kayabi, na divisa entre Mato Grosso e Pará, até o julgamento do mérito da ação. A ampliação da reserva havia sido determinada por decreto presidencial de abril deste ano, o que motivou embate judicial entre os produtores rurais da região – representados pelo estado de Mato Grosso – e a União – representada por sua Advocacia-Geral (AGU).

A liminar assinada por Fux suspende os efeitos do decreto presidencial que homologou a ampliação da reserva Kayabi de 117 mil hectares para mais de um milhão de hectares. Os

CONT.



municípios mais próximos são Apiacás (a 1.005 km de Cuiabá) e Jacareacanga (no Pará, a 1.162 km de Belém).

A suspensão determinada nesta quarta-feira vale até que os demais ministros do STF se reúnam para julgar o mérito da questão, uma vez que a União não demonstrou interesse em celebrar um acordo capaz de encerrar o impasse. O despacho do ministro Fux impede provisoriamente a anexação de qualquer terra à área atual da reserva indígena, além de inviabilizar que qualquer ampliação seja devidamente registrada em cartório imobiliário.

No final de outubro, a AGU manifestou “ausência de interesse” em relação a um acordo com o governo de Mato Grosso, segundo o qual a ampliação dos limites da terra indígena em cerca de nove vezes “ofende os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade”.

Já o ministro Luiz Inácio Adams, da AGU, declarou que os pedidos feitos pelo estado contra os efeitos do decreto presidencial deveriam ser julgados improcedentes.

A área é destinada à posse permanente dos grupos indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaká. A reserva se localiza na confluência do Igarapé das Pedras com o rio São Manoel/Teles Pires e já teve seu tamanho alterado. Criada em 1968, a terra indígena foi demarcada em 1974 com 47 mil hectares. Treze anos depois foi remarcada até o tamanho atual, mas em 1999 a Fundação Nacional do Índio apontou a necessidade de ampliar ainda mais a demarcação.

Segundo o produtor rural Moisés Prado, que representa as 350 famílias de produtores da região, parte das terras abrangidas pelo projeto de expansão da reserva era do estado de Mato Grosso e foi adquirida há cerca de 30 anos.

“São terras que o estado nos vendeu. Tem o trabalho de nossa vida lá, de 350 famílias”, argumentou o produtor, fazendo apelo para que o governo federal se sensibilize com a situação das famílias prestes a perder suas terras – tal como aconteceu com os habitantes da antiga fazenda Suiá Missú, perto de Alto Boa Vista (a 1.064 km de Cuiabá), demarcada como terra indígena Marãiwatsédé, no nordeste do estado, e que passou por processo de desintrusão com apoio de forças militares há cerca de um ano.

AC – Povos indígenas criticam falta de diálogo e apoio do governo

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 7.11.2013



Foto: Altino Machado/Terra Magazine

Por Altino Machado, Blog da Amazônia

Lideranças de dez povos indígenas do Acre pediram na tarde desta quinta-feira, em Rio Branco, que o Ministério Público Federal (MPF) passe a acompanhar as políticas indigenistas dos governos estadual e federal no Estado. Elas apresentaram um documento com informações e solicitaram que o MPF interceda junto ao governo do Acre e ao governo federal para solucionar a situação e fazer valer os direitos dos povos indígenas.

Os povos Huni Kui (Kaxinawá), Ashaninka, Noke Kui (Katukina), Manchineri, Shawãdawa, Shanenawa, Nukini, Puyanawa, Nawa e Yawanawa querem o apoio do MPF na avaliação dos programas governamentais, no exercício do controle social e do direito de consulta, conquistas presentes na Constituição Federal e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

No documento entregue aos procuradores federais, os indígenas assinalam o diálogo entre os “avanços significativos” ocorridos desde 1999, quando o PT assumiu governo do Acre. Contudo, nos últimos anos, na gestão do governador Tião Viana, consideram insatisfatórios os resultados dos programas.

CONT.



Na educação escolar indígena, a ausência de ações voltadas à valorização e garantia de direitos dos professores indígenas, agrava a situação.

Os indígenas consideram como origem de muitos problemas a falta de diálogo contínuo e a pouca preocupação com a efetividade dos programas, demonstrada pela ausência de mecanismos participativos de monitoramento e de avaliação das ações.

De acordo com as lideranças, vários documentos foram enviados, reuniões realizadas com os secretários e assessores do governo do Acre, onde foram manifestadas insatisfações com a condução das políticas públicas para os povos indígenas e apresentadas recomendações.

- Em 7 de março deste ano, foi entregue por nós, no Gabinete do Governador, um documento intitulado "Carta das Lideranças Indígenas para os Governos e Sociedade". Até o momento, nenhuma resposta pública foi dada, tampouco foram identificados esforços para o atendimento das recomendações ou realização de mudanças – relata o documento entregue ao MPF.

Os indígenas afirmam que o exercício de uma educação escolar intercultural e bilíngüe encontra-se prejudicada no Acre por causa da ausência de cursos de formação de professores indígenas em nível médio. Nos últimos quatro anos, a Secretaria de Estado de Educação e Esporte, através da Gerência de Educação Escolar Indígena, não realizou cursos de formação, o que repercute na qualidade do ensino nas escolas indígenas.

- Nesses 15 anos de gestão da [coligação] Frente Popular do Acre no executivo estadual, não foi realizado nenhum concurso público para provimento de cargos no magistério indígena, impondo todo esse tempo aos professores indígenas à renovação de contratos anualmente – acrescenta as lideranças no documento.

Os índios reclamam de atrasos no repasse de material escolar e da insuficiência para o atendimento pleno das atividades nas escolas indígenas. Em muitas aldeias, existem casos em que o material é entregue meses depois do início do ano letivo. Não existe uma política de merenda escolar regionalizada para as terras indígenas e municípios.

Existe muita insatisfação também com a gestão territorial e ambiental e produção sustentável que envolve as ações de etnozoneamento e etnomapeamento em parceria com associações e comunidades indígenas. Existem projetos que não atendem as necessidades das comunidades, suas especificidades e não geram os resultados esperados.

Os indígenas pedem celeridade da Funai para a demarcação e revisão das terras indígenas e que ponha em funcionamento um programa de vigilância e fiscalização das Terras Indígenas. Pedem, ainda, que a Funai promova consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas sobre todos os projetos em saúde, educação, infraestrutura, produção sustentável, benefícios sociais, entre os principais que afetam os modos tradicionais de suas vidas.

Criticado como pouco ativo e propositivo no debate sobre projetos e programas para as terras indígenas, Zezinho Kaxinawá, assessor de assuntos indígenas do governo do Acre, disse ao

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2013

Brasília, 8 de novembro de 2013.

Bog da Amazônia que os indígenas têm evitado convidar representantes do governo para suas reuniões.

Segundo o assessor do governo, já estão assegurados para o próximo ano recursos para formação de professores indígenas. Ele disse que a realização de concurso para professores indígenas ainda é uma meta do governo estadual.

- Acho que deveria ter havido maior presença do governo nesse debate para que a solução fosse encontrada coletivamente. Uma conversa a mais, com a presença de um secretário ou do governador, facilitaria uma saída mais adequada a todos. Faltou espaço para o governo ouvir e se manifestar sobre os problemas que estão sendo questionados pelas lideranças indígenas.

Maria Rita Kehl visita amanhã Yvy Katu, pela Comissão Nacional da Verdade, levada pelo MPF Marco Antônio Delfino
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 7.11.2013



Por Marcelo Christovão

O procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida, do MPF/MS, e a professora Maria Rita Kehl, da Comissão Nacional da Verdade, realizarão diligência na Terra Indígena Yvy Katu, em Japorã (MS), amanhã (8). Também participam o professor universitário Neimar Machado e o produtor de vídeos Vincent Careli.

O objetivo é dialogar com os indígenas e verificar a real situação dos guarani-ñandeva, que retomaram 14 fazendas que incidem sobre a Terra Indígena Yvy Katu, que para ser definitivamente demarcada só precisa da assinatura da presidente Dilma homologando o processo.

A Justiça expediu ordem determinando o uso de força policial para retirar os índios da área. O conflito está montado e pode repetir outro igualzinho, que ocorreu em maio, resultando na morte do terena Oziel Gabriel.



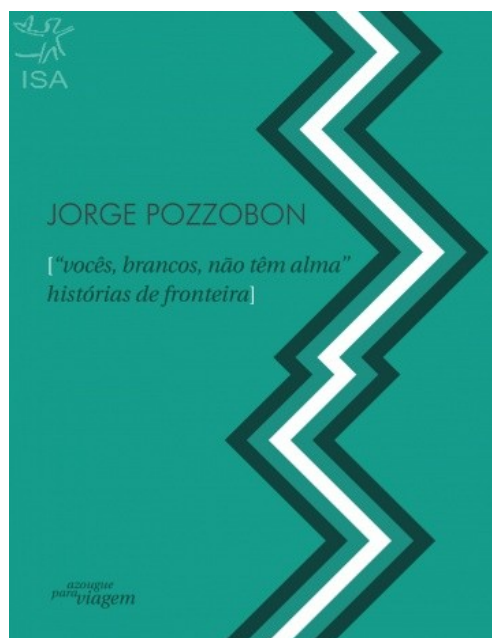
ISA publica segunda edição do livro *Vocês, brancos, não têm alma*
SÍTIO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 7.11.2013

Vocês, brancos, não têm alma é um livro de histórias, cuja segunda edição está sendo lançada pela editora Azougue em co-edição com o ISA

Vocês, brancos, não têm alma é um livro de histórias, cuja segunda edição está sendo lançada pela editora Azougue em co-edição com o ISA. São histórias assustadoras, divertidas, misteriosas, vividas no mato, junto aos índios do Alto Rio Negro, contadas pelo antropólogo gaúcho Jorge Pozzobon (1955-2001). Cronologicamente arrumadas - de 1981 a 2001, elas se passam em um cenário amazônico da fronteira do Brasil com a Venezuela e a Colômbia.

Colaborador ativo do ISA como integrante da equipe do Programa Rio Negro, Jorge dedicou sua vida a conviver com os índios Maku, uma das famílias linguísticas do Rio Negro, sobre os quais escreveu sua tese de doutorado e muitos artigos. Durante 20 anos fez os registros de todas as suas andanças e aventuras por aquela região no noroeste amazônico.

Em 1982, conheceu Nyaan Hi, um maku que seria seu grande amigo e com quem aprendeu a andar no mato.



A partir daí, os dois viveram encontros e desencontros, relatados no livro de forma delicada, engraçada, comovente. O último encontro entre eles aconteceu em 2001, quando Nyaan Hi estava em um acampamento afastado de sua aldeia, muito doente e esperando pela morte. Jorge foi ao seu encontro - ele mesmo, também doente, com um câncer que o vitimaria alguns meses depois, em agosto daquele ano.

Os episódios relatados por Jorge podem tomar diferentes formas: de conto, de crônica ou de roteiro de cinema como ele mesmo definiu no texto de abertura *Fronteiras e Histórias*. "Estas histórias falam dos limites entre a nossa civilização e algumas outras civilizações que este país encerra e maltrata há 500 anos", escreveu. "Há algumas [histórias] mais solenes e misteriosas, com direito a pajés, fórmulas mágicas e criaturas encantadas da floresta diante dos olhos espantados do antropólogo - eu, no caso, vagando pelas fronteiras entre a dita realidade e a dita imaginação".

A primeira edição é de 2002 e foi publicada pelo Museu Goeldi.

Ruben Figueiró volta a cobrar a atenção do governo à questão indígena

SÍTIO SENADO FEDERAL, 7.11.2013

Da Redação



Waldemir Barreto / Agência Senado

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) cobrou do governo, na tarde desta quinta-feira (7), um marco regulatório sobre as terras indígenas. Ao discursar no Plenário, o senador criticou a “omissão” do Ministério da Justiça e disse que o governo “anda empurrando com a barriga” esse grave problema nacional.

- É deplorável o quadro de políticas governamentais para o setor. O nó da questão indígena tem que ser desatado o quanto antes – disse o senador, pedindo empenho do Legislativo no assunto

Figueiró afirmou que há “fabricação artificial” de terras indígenas por parte da Fundação Nacional do Índio (Funai), que para isso contaria com o apoio de organismos internacionais. O senador disse que têm sido recorrentes os impasses entre os índios e os não índios, principalmente por conta da propriedade rural.

Ele apontou que só no seu estado, o Mato Grosso do Sul, há 42 áreas de conflito envolvendo indígenas.

- O clima de apreensão entre indígenas e produtores rurais poderá trazer cenas trágicas, com derramamento de sangue. A ameaça é grave. Que o governo federal pense nisso – alertou.

O senador também registrou a audiência pública sobre terras indígenas realizada mais cedo pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Para Figueiró, no entanto, o depoimento da presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, foi frustrante, pois apenas percorreu “a periferia da questão indígena”.

Figueiró ainda sugeriu um modelo de exploração comunitária para os índios, no modelo dos kibutz israelenses. Segundo o senador, com o apoio técnico específico, o modelo pode se tornar um sucesso no Brasil. Ele lembrou que a maioria das comunidades indígenas poderiam ser adaptadas para modelos mais prósperos, já que apenas as tribos amazônicas ainda usariam a caça e a pesca como únicos recursos de manutenção.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2013

Brasília, 8 de novembro de 2013.

Dia do Radialista

O senador também destacou o Dia do Radialista, comemorado em 7 de novembro. Figueiró lembrou que, ainda muito moço, costumava ouvir a única rádio que existia no sul do Mato Grosso do Sul. Ele registrou que foi pelo rádio que teve notícias sobre a 2ª Guerra Mundial (1939-1945).

Agência Senado

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2013

Brasília, 8 de novembro de 2013.

Prejuízo cultural: Câmara de Curitiba deve ir ao STF contra suspensão do Dia da Consciência Negra

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 8.11.2013

Decisão de Tribunal suspendeu efeitos da lei que criava o feriado na cidade; Associação Comercial do Paraná afirma que a data causaria redução dos lucros



Marcelo
Camargo/Arquivo ABR

Por Júlia Rabahie, da RBA

O Tribunal de Justiça do Paraná decidiu na segunda-feira (4) acatar o pedido da Associação Comercial do Paraná (ACP) e do Sindicato da Construção Civil do Paraná (Sinduscon-PR) de suspender o efeito da lei municipal que instituía o feriado do Dia da Consciência Negra, no dia 20 de novembro, em Curitiba. Agora, movimentos negros, vereadores e o Ministério Público estadual estudam a possibilidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para reverter a decisão.

Ontem à noite foi criado o Comitê em Defesa do dia 20 de Novembro, formado por diferentes entidades de promoção da igualdade racial de Curitiba. "Queremos remeter o caso ao Supremo e esperar a decisão dele. Queremos fazer valer nosso direito de legislar", afirmou o presidente da Câmara dos Vereadores de Curitiba, Paulo Salamuni (PV). Como a decisão tomada pelo TJ foi colegiada – foram 17 votos a cinco em favor da ação impetrada pela ACP – a possibilidade de recorrer junto ao tribunal fica vencida.

Na ação direta de inconstitucionalidade que motivou a decisão, a associação e o sindicato alegam que a criação de mais um feriado traria prejuízos aos comerciantes e, por extensão, à

CONT.



economia local e estadual. Segundo a Associação Comercial do Paraná, cada dia de paralisação das atividades econômicas acarreta perdas de R\$ 160 milhões. O Tribunal entendeu que a lei curitibana fere a Constituição estadual ao afrontar o princípio federativo, que estabelece, entre outras coisas, a autonomia dos entes da Federação (União, estados, municípios e Distrito Federal). O órgão também acatou o argumento de que o feriado prejudicaria o comércio curitibano.

Em nota, a ACP afirmou que não se coloca em posição contrária à comemoração cívica e histórica da data, “mas não abre mão da atitude democrática em defesa dos interesses da sociedade”. Segundo o presidente da ACP, José Eduardo de Moraes Sarmiento, a “evocação da consciência negra e da enorme contribuição do povo afrodescendente ao desenvolvimento econômico e social, que deveria ser tema obrigatório nos currículos escolares, não necessita de um feriado para ser lembrada”.

Histórico

A Lei Municipal 14.224 é de autoria da Câmara e foi aprovada na casa em novembro passado, mas só no início do ano foi promulgada. O projeto foi aprovado quase por unanimidade em primeira votação, com participação do movimento negro. Na segunda, a Associação Comercial do Paraná compareceu à Câmara Municipal e se manifestou contra a aprovação do projeto, pedindo que os vereadores revertissem a decisão. “Eles se manifestaram, assim com o movimento negro se manifestou e participou das discussões na primeira votação, e para a minha surpresa, os vereadores mantiveram sua decisão em favor do feriado”, contou o vereador Salamuni.

A lei foi promulgada pela própria Câmara já que o prefeito da gestão anterior não sancionou nem sancionou a lei. Nesses casos, há um prazo estabelecido para que o projeto retorne ao Legislativo, que tem o poder de sancioná-la.

“Três dias depois que eu assumi a presidência da casa a Associação Comercial veio me procurar pedindo reunião. Depois de horas de conversa sobre a cidade de Curitiba, eles tocaram no assunto da lei, que estava já em cima da minha mesa para ser promulgada. Avisei que iria fazê-lo, porque ideologicamente eu acredito na lei e mesmo que não acreditasse, eu como presidente do parlamento não tenho como não acatar a decisão da maioria do colegiado que presido”, disse Salamuni.

Após duas tentativas de recorrer judicialmente contra a data que celebra a Consciência Negra, foi com argumentos relativos à economia local de Curitiba que a Associação Comercial do Paraná conseguiu êxito junto à Justiça. Para os movimentos negros e a Câmara Municipal dos Vereadores, não só o direito à legislação foi ferido, mas inúmeros fatores históricos foram desconsiderados com a decisão do TJ.

“O prejuízo cultural histórico é muito maior que o econômico, tem um viés muito grande de conservadorismo nesse processo todo”, disse o representante do Conselho de Política Étnica e Racial de Curitiba, Saul Durval. Para o presidente da Câmara, a questão do lucro do setor comerciante ficou em segundo plano. Ele afirmou que Curitiba, cidade conservadora, tem uma

CONT.



dívida histórica com a população negra, já que a discriminação vivida por ela no passado tinha caráter institucional. Além disso, ele disse que a decisão do tribunal pode contribuir para a noção de que a cidade tem elites que colocam “o capital acima de qualquer resgate histórico, acima do povo”.

“Há uma dívida histórica muito grande, havia leis na cidade que diziam que negros não podiam votar, não podiam se reunir livremente, o que não aconteceu com outras etnias. Este foi um voto consciente dos vereadores. A argumentação é muito restrita, muito pequena, de que teriam um dia a menos de lucro sem entrar no mérito histórico da discussão”, disse Salamuni. Inconstitucional

Não é a primeira tentativa no país de se acabar com o feriado que celebra a consciência em relação às desigualdades historicamente vividas pela população negra. A Confederação Nacional do Comércio ajuizou, no Supremo Tribunal Federal, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade quando o estado do Rio de Janeiro promulgou a Lei 4007/2002, que instituiu no Rio de Janeiro o feriado em 20 de novembro. O argumento foi o mesmo – de que o rendimento dos comerciantes cairia a níveis baixíssimos.

Porém, até hoje não há matéria julgada do STF, ou seja, não se chegou a nenhuma conclusão sobre a constitucionalidade da lei. “É de se estranhar a decisão do colegiado do Tribunal do Paraná de suspender liminarmente a lei, haja vista que não tem decisão do Supremo em cima desta lei e também por sua constitucionalidade. Diante disso foi com surpresa que recebemos a decisão”, disse Salamuni.

O Comitê em Defesa do 20 de Novembro espera ter decidido que passo tomar ainda hoje (08). “O mais provável é uma ação de reclamação, junto ao STF, em que a Câmara dos Vereadores de Curitiba entraria como autora, os movimentos negros, como amicus curiae – amigos da corte – e o Ministério Público, como fiscal da lei”, explicou.

Seminário em Brasília reúne mulheres indígenas das cinco regiões
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 8.11.2013



No Jornal Dia Dia

Na próxima terça e quarta-feira (12 e 13) acontece em Brasília o #Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional#, encontro que reunirá 60 mulheres indígenas – de diversas etnias e das cinco regiões do país.

O evento, que ocorre a partir das 8 horas, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), no Núcleo Bandeirante (DF), é promovido pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Além de abordar a segurança alimentar e nutricional das mulheres indígenas, o evento também vai promover a troca de experiências, práticas e saberes entre as diferentes culturas alimentares indígenas, dar visibilidade ao papel das mulheres indígenas e promover o diálogo entre os órgãos do governo federal que tratam do assunto.

Para selecionar as participantes, o Consea pediu indicações das entidades indígenas com assento no conselho e fez a escolha mediante critérios que contemplassem as cinco regiões do país e preservassem a diversidade de etnias.

Foram convidados para o evento os ministros da Justiça, Saúde, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Políticas para Mulheres, Direitos Humanos e Secretaria Geral e Supremo Tribunal Federal, além de integrantes da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional no Congresso Nacional.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2013

Brasília, 8 de novembro de 2013.

Entre os apoiadores do evento estão a Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e ONG Oxfam Internacional.

A programação oficial ainda depende de algumas confirmações. Assim que for concluída, será divulgada nos informativos do Consea.

Serviço

Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional

Dias: 12 e 13 de novembro (terça e quarta-feira)

Horário: a partir das 8 horas

Local: Sede da Contag, SMPW Quadra 1, Conj 2, Lote 2, Núcleo Bandeirante (DF)



Nota da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas/RS

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 8.11.2013

Amanhecemos ontem (07.11) com a notícia de que setores da FETRAF-SUL-CUT estavam fazendo bloqueio de estrada no Oeste de Santa Catarina e manifestação no Ministério da Justiça, em Brasília. O foco da manifestação é contra a Demarcação de Territórios Indígenas e Quilombolas.

Ocorre que o foco dos conflitos foi causado pela histórica usurpação, pelo Estado Brasileiro, dos territórios dos Povos Originários e Quilombolas. Projetos de Colonização, foram ao longo de todo o século XX feitos sobre esses territórios, em total afronta aos Direitos dos Povos. Existem terras e recursos, que podem ser disponibilizados, caso o Governo Federal quisesse, para solucionar de forma eficaz o conflito.

No dia 02 de outubro, no marco da Mobilização Nacional dos Povos, quando ocupávamos o INCRA no RS, obtivemos a informação de só no RS, existem 210.000 ha a disposição do INCRA, inclusive com lotes vazios, que poderiam ser ofertados para colonos serem reassentados, sem contar a quantidade imensa de recursos, que são carreados, praticamente, a fundo perdido para o agronegócio.

Trata-se de uma categórica opção do Governo pelos ricos, uma postura que se repete ao longo de 513 anos de história de Genocídio, Exploração e Opressão.

Num país recordista da concentração fundiária, tornar indígenas e quilombolas em vilões e entraves ao desenvolvimento é de uma hipocrisia sem tamanho.

A postura do Ministro da Justiça em determinar que a FUNAI suspenda as demarcações só jogará mais lenha na fogueira do conflito.

Não nos surpreende a unidade da FETRAF-SUL-CUT com o CNA e outras entidades de classe representativas do agronegócio, pois sempre alertamos que além do conteúdo econômico desses ataques, existe um conteúdo extremamente racista e de desrespeito aos Povos.

Repudiamos as medidas ilegais e racistas de suspensão das demarcações, apontamos que a solução do conflito só se dará na medida em que se estabeleça o respeito ao Direito dos Povos Originários e Quilombolas, bem como, na forma do que determina a Constituição Federal, o reassentamento dos colonos ou a devida e justa indenização aos proprietários e posseiros de boa-fé.

Mas os sucessivos governos e o Estado optam por construir Estádios, ou doar 160 bilhões por plano Safra ao agronegócio.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2013

Brasília, 8 de novembro de 2013.

Contra o Latifúndio!

Demarcação e Titulação dos Territórios dos Povos Originários e Quilombolas!

Reforma Agrária!

Contra o Racismo Institucional!

Abaixo a PEC 215/2000!

Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas/RS.

Madeireiras de Mato Grosso recebem multas milionárias por retirar madeira de terra indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 8.11.2013

Olhar Direto, em TopNews



A fiscalização do Ibama na base de Aripuanã (976 km de Cuiabá) apreendeu na madrugada do dia 31 de outubro quatro caminhões que transportavam 41 toras, cerca de 133 m³, de madeira nativa retirada ilegalmente da Terra Indígena Arara do Rio Branco.

A apreensão é resultado de mais uma ação da Operação Onda Verde, que somente nos meses de setembro e outubro já multou indústrias madeireiras em quase R\$ 5 milhões e apreendeu cerca de 7 mil metros cúbicos de madeira ilegal.

No mesmo período cinco empresas foram embargadas pelo órgão ambiental por terem o produto em depósito sem licença e vendê-lo.

O analista ambiental do Ibama, Rafael Engelhardt, informou que foi constatado que muitas delas usavam créditos fictícios de madeira para acobertar produto extraído de áreas ilegais. Algumas madeireiras possuíam madeira sem ter o crédito correspondente, outras tinham crédito, mas não a relativa quantidade de madeira em seus pátios. Cerca de 12 mil metros cúbicos de crédito falso foram eliminados do sistema de controle.

Segundo o analista, as áreas de exploração com planos de manejo autorizados geram créditos de madeira que comprovam a origem legal do produto. Para tentar “esquentar” madeira sem origem, madeireiros infratores comercializam créditos excedentes de áreas autorizadas.

“Por exemplo, um plano de manejo que tem em sua área 100 metros cúbicos de madeira de uma determinada essência possui 100 metros cúbicos de crédito correspondente a essa madeira. Se o proprietário retira apenas 80% do produto, lhe sobram 20% de crédito, que, em alguns casos, são vendidos para acobertar madeira da mesma essência extraída de área ilegal”, explicou.

De acordo com Engelhardt, os maiores volumes de crédito fictício, considerando todas as

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2013

Brasília, 8 de novembro de 2013.

empresas fiscalizadas, foram de madeira das essências cedrinho, cambará, jatobá, cupiuba, maracatiara, sucupira. Segundo ele, em apenas uma madeireira foram encontrados 6.700 metros cúbicos. Já os maiores volumes de madeira em depósito sem crédito, foram das essências garapeira, angelim amargoso, e angelim pedra, todas nobres.



MS – “Fazendeiros criam fundo para financiar milícias na guerra contra índios”
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 8.11.2013

CORREIO DO ESTADO



PESQUISA
DILMA AMPLIA
VANTAGEM NA
DISPUTA DE 2014
PÁG. 5



LEITE
MÃES FAZEM
DA DOAÇÃO
ATO DE AMOR
CORREIO 8, CAPA



TOSTÃO E GUARANY
Dupla festeja duas
décadas de carreira
CORREIO 8, PÁG. 3

CORREIO-ESTADO.COM.BR | FUNDADO EM 7 DE FEVEREIRO DE 1954 | SEXTA-FEIRA, 8 DE NOVEMBRO DE 2013 | ANO 44 | Nº 18.972 | CAPITAL R\$ 1,30 OUTROS R\$ 1,50

Fazendeiros querem criar milícias para barrar invasões

GUERRA. Prometendo reagir às ocupações promovidas por índios em MS, produtores planejam criar fundo para contratar seguranças para fazendas

Produtores rurais prometeram reagir às invasões de terra promovidas por comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul. Sem amparo da polícia, Justiça e do Estado, segundo eles, a intenção agora é criar milícias para proteger suas propriedades. O assunto foi tratado ontem à noite, em reunião na Associação dos Criadores de MS (Acrissul). Chico Maia, presidente da entidade, propôs leilões de gado e, com o dinheiro arrecadado, financiar a contratação de empresas de segurança,

além de custear questões judiciais pelas reintegrações de posse. Os fazendeiros estão irritados com o governo da presidente Dilma, que prometeu resolver os conflitos envolvendo os índios quatro meses atrás. Os fazendeiros com terra ocupada (são cerca de 70 atualmente) afirmaram que, se até o dia 30 deste mês nada for feito, a classe estará “mobilizada”. A proposta da União é pagar o fazendeiro, que deixaria a terra e nela ficariam os índios. **PÁGINA 15**



GOVERNO DE MS

Impostos rendem R\$ 700 mi a mais em 2013

Os contribuintes de Mato Grosso do Sul pagaram, neste ano, quase R\$ 5,8 bilhões ao Governo estadual. São aproximadamente R\$ 700 milhões a mais que no mesmo intervalo de 2012. De acordo com o Portal da Transparência, a receita tributária somou, de janeiro a outubro, R\$ 5,79 bilhões, 13% acima do mesmo período de 2012. **PÁGINA 8**

APROVADO

Tarifa de ônibus a R\$ 2,70 até 31 de dezembro

A Câmara de Vereadores aprovou ontem a redução da tarifa do transporte coletivo em Campo Grande. Pela proposta de lei do prefeito Alcides Bernal

Por Celso Bejarano, Correio do Estado

A criação de milícia é parte do plano de fazendeiros de Mato Grosso do Sul que planejam uma espécie do que eles chamam de contra-ataque aos índios que ocuparam suas terras. É o que informa o jornal Correio do Estado desta sexta-feira (8).

Ontem à noite, no auditório da Associação dos Criadores de MS (Acrissul), em torno de 50 produtores rurais discutiam a promoção de leilões de gado como meio de arrecadar dinheiro e, com isso, custear a contratação de empresas de segurança para proteger as áreas rurais e também para bancar recursos judiciais.

CONT.



O presidente da Acrissul, Chico Maia, idealizador da proposta do leilão, não quis admitir o termo milícia (organizações militares ou paramilitares compostas por cidadãos comuns, armados ou com poder de polícia que teoricamente não integram as forças armadas) contudo, ao expor o objetivo seu argumento, deixou a entender que os fazendeiros, "já desacreditados no Estado e no Poder Judiciário" precisam logo de uma mobilização.

"A Constituição garante que é direito do cidadão defender seu patrimônio, sua vida. Guarda, segurança, custa dinheiro. Para entrarmos numa batalha precisamos de recurso. Imagine se precisamos da força de 300 homens, precisamos de recurso para mobilização", disse Chico Maia.

A insatisfação dos fazendeiros cujas áreas foram ocupadas por comunidades indígenas está relacionada com a promessa do governo federal que, em junho passado, quatro meses atrás, prometeu agir nos conflitos agrários. Pelo anunciado até agora, a União deve pagar pela propriedade que pode ser transformada em aldeias indígenas. Ocorre que os produtores disseram que se até o dia 30 deste mês, daqui a 22 dias, o governo federal não cumprir o prometido, a classe vai se mobilizar.



Documento Final da XX Assembleia Geral do Cimi
SÍTIO CIMI, 8.11.2013

Sede alegres na esperança, pacientes na tribulação e perseverantes na oração (Rm 12,12)

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), motivado pelas palavras de São Paulo aos Romanos, reuniu-se no Centro de Formação Vicente Cañas, Luziânia (GO), de 4 a 8 de novembro, em sua XX Assembleia Geral, cujo lema: 'Desafios e perspectivas na construção do Bem Viver' foi matriz de reflexões para os cerca de 150 missionários, missionárias, colaboradores, lideranças indígenas, convidados e assessores. O encontro aprofundou análises realizadas há um ano, durante o Congresso dos 40 anos do Cimi, reflexivas à ação missionária e conjuntura latente e vindoura.

No apoio incondicional ao protagonismo e autodeterminação dos povos indígenas, denunciamos os ataques e investidas contra os direitos à terra, o esbulho de territórios, a invasão, a violência, o racismo e a morte. Denunciamos e acusamos o governo federal de ser parte integrante desta ampla ofensiva anti-indígena, alimentando com bilhões de reais o setor que melhor expressa a sanha colonizadora e opressora no campo brasileiro: o latifúndio desdobrado na rede do agronegócio e na bancada ruralista encastelada no Congresso Nacional. Há séculos a perspectiva latifundiária tem sido o 'chicote' que mantém a escravidão, grilagem de terras, assassinatos encomendados, promove a devastação de recursos naturais e a concentração fundiária.

Este governo paralisou a demarcação de terras no país em troca de negociatas pré-eleitorais e, com isso, desrespeita a Constituição Federal e acordos internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A todo custo, rasga territórios com usinas hidrelétricas sem consultar as comunidades afetadas, deixa morrer centenas de indígenas por enfermidades de fácil tratamento, mesmo com milhões destinados à saúde destes povos. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) continua apostando na terceirização de serviços de saúde, modelo comprovado pelas comunidades como ineficiente e corruptível. Ao mesmo tempo, amplia o aparelhamento político do sistema e responde às críticas com articulações que promovem a divisão do movimento indígena, especialmente no que se refere ao controle social.

A Presidência da República, por sua vez, mantém órgãos como a Advocacia-Geral da União (AGU) a serviço de interesses anti-indígenas. Exemplo disso foi a edição da Portaria 303/2012 que visa estender para as demais terras indígenas as condicionantes de Raposa Serra do Sol (RR). É uma afronta à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Os ministros definiram, no julgamento da Petição 3388, que elas não são vinculantes, portanto, restritas ao caso concreto de Raposa Serra do Sol.

CONT.



Acusamos o Poder Legislativo, dominado pelos ruralistas, em insistir com propostas de emendas à Constituição e leis complementares, projetos de lei e pronunciamentos racistas nas tribunas da Câmara e do Senado numa cruzada anti-indígena pela desconstrução do direito originário à terra. A PEC 215/2000, PEC 237/2013, o PLP 227/2012, PL 1610/1996, a Portaria Interministerial 419/2011 e o Decreto 7957/2013 são hoje perigos iminentes ao futuro da vida dos povos indígenas. Sem ouvir as comunidades e atendendo a interesses de grupos econômicos, tais medidas precisam ser arduamente combatidas e razão para a unidade do movimento indígena, fortalecimento dos povos e diálogo intercultural com os demais grupos e coletivos, que hoje se erguem no país e mundo na perspectiva da 'desobediência civil'.

As ações do Estado refletem a etnofagia estatal como lógica de integração da pluralidade numa única perspectiva, o caráter uninacional e monocultural do Estado-nação e a visão única do atual modelo desenvolvimentista que privilegia pequenos grupos em detrimento de outras perspectivas de vida plena. Nota-se o aprofundamento do pensamento racista ocidental, que não reconhece os povos originários e comunidades tradicionais como plenamente capazes de pensar e produzir conhecimento. Vivemos uma democracia colonialista e precisamos dar o giro descolonial. Nessa perspectiva, combatemos o projeto do atual governo que promove a reterritorialização do capital rumo, sobretudo, ao centro-oeste e norte do país, tal como previa o governo militar nos anos 1970.

Se fortalece, todavia, a luta no rumo da ruptura sistêmica - a pachakuti - e na conversão pessoal em combate à sociedade do crédito, da saída individualizada; ruptura e conversão têm dimensões sociais, políticas, éticas e econômicas. A cidadania, destinada pelo atual modelo a expressar-se pelo consumo, precisa refletir o pluralismo histórico e afirmar as identidades dos povos indígenas, quilombolas, das comunidades tradicionais, camponesas e de outras populações do campo.

Durante a XX Assembleia, representantes indígenas manifestaram profundas preocupações diante de tais investidas contra seus direitos pelo Estado brasileiro, com brutal violência, assassinatos e criminalização. Ao refletirem sobre os setores que os oprimem, dizem que "se não nos deixarem sonhar, não os deixaremos dormir". Com convicção, afirmaram que jamais renunciarão às suas terras. Ao mesmo tempo, sentem-se encorajados por todos aqueles que deram suas vidas na luta pelos seus direitos, por avanços conquistados e pela certeza de que jamais serão vencidos. Esperam continuar com o apoio solidário do Cimi e de mais aliados e amigos.

Atendendo a este chamamento dos povos indígenas, a XX Assembleia Geral do Cimi definiu as suas prioridades de ação: terra e território como direito fundamental; formação política e metodológica de missionários e indígenas; a urbanização e seus impactos sobre os povos e territórios; movimento indígena e alianças com setores comprometidos na defesa da causa indígena por um Estado Pluriétnico.

Com os povos indígenas, originários de todo continente, Abya Yala, com os quilombolas, populações tradicionais, camponeses, com os empobrecidos e oprimidos, queremos renovar nossa profunda convicção de que mesmo que neguem a vida, decepem as árvores, é da raiz

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2013

Brasília, 8 de novembro de 2013.

invencível que brotarão flores e frutos, mel e leite, novos projetos de sociedade, do Bem Viver defendido pelos povos ameríndios.

Luziânia, GO, 8 de novembro de 2013

XX Assembleia Geral do Conselho Indigenista Missionário - Cimi



Há um ano, os Munduruku levam o corpo de Adenilson de volta para a aldeia (vídeo chocante, mas essencial)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 8.11.2013

No dia 8 de novembro de 2012, os Munduruku encontraram o corpo de Adenilson Kirixi boiando no Teles Pires. Ele havia sido assassinado na véspera, numa ação da Polícia Federal. Primeiro, levou três balas nas pernas e caiu no Rio. Totalmente indefeso, levou o tiro final: um balaço na cabeça disparado pelo mesmo delegado. Seu corpo afundou no Rio e só foi encontrado 24 horas depois. O caso continua em aberto.

Na belíssima reportagem de Ruy Sposati, publicada dias depois, ele escreve: “Quando os indígenas tentaram resgatar o corpo do parente, foram alvejados pelos policiais que estavam em terra. ‘Eles diziam que não era para pegarmos o corpo. Do helicóptero, a polícia atirava e jogava bombas de efeito moral na aldeia, no meio de todo mundo, com as mulheres, as crianças’”. Sem dúvida, é importante relê-la: [Delegado da PF é acusado de matar indígena no Mato Grosso.](#)

[VÍDEO](#)

Comissão aprova sustação de portaria que demarca terra indígena no RS
SÍTIO CÂMARA DOS DEPUTADOS, 8.11.2013

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou na quarta-feira (6) proposta que susta os efeitos de uma portaria do Ministério da Justiça que dá posse da terra indígena de Passo Grande do Rio Forquilha aos índios Kaingang (Portaria 498/11). A área está localizada entre os municípios de Cacique Doble e Sananduva, no norte do Rio Grande do Sul, e tem cerca de 1.900 hectares de superfície.



Francisco Tenório aponta irregularidades na demarcação e o desrespeito ao marco da tradicionalidade da ocupação.

A medida está prevista no Projeto de Decreto

Legislativo 1260/13, do deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS). O relator, deputado Francisco Tenório (PMN-AL), argumenta que os Kaingang não ocupavam a área em 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal. "Essa data é considerada pelo Supremo Tribunal Federal como referencial para o dado da ocupação de um determinado espaço geográfico por essa ou aquela etnia, ou seja, para o reconhecimento, aos índios, dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. É o chamado marco da tradicionalidade da ocupação", explicou.

Além disso, segundo ele, o relatório da Fundação Nacional do Índio (Funai) que determina a ocupação da área "apresenta vícios de parcialidade e irregularidades".

Tramitação

A proposta ainda será analisada pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de seguir para o Plenário.

Íntegra da proposta:

PDC-1260/2013

Reportagem – Carolina Pompeu
Edição – Marcos Rossi

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'



Índios se recusam a deixar fazenda ocupada em MS, diz Polícia Federal

SÍTIO APORTE NEWS, 8.11.2013

O grupo de indígenas que ocupa desde o dia 23 de outubro a fazenda Chaparral em Japorã, a 477 km de Campo Grande, se recusa a deixar o local, segundo informações da Polícia Federal. A área teve mandado de reintegração de posse expedido pela Justiça Federal na terça-feira (5).

Um oficial de Justiça de Mundo Novo foi destacado para levar o mandado até a propriedade. O fórum do município confirma a ida do servidor à fazenda, no entanto, não consta em processo o teor da certidão, relatando se a intimação foi dada como cumprida ou não.

Segundo a Polícia Federal, agentes estiveram na propriedade para acompanhar o oficial na quarta (6), quando os índios se recusaram a ter ciência do ofício que continha a decisão judicial, abrindo mão da negociação.

A PF afirmou que ainda não foi informada pela Justiça Federal sobre a necessidade do uso da força policial para cumprir a reintegração de posse.

Tensão

A corporação relata que o clima na região é tenso e que tem mantido uma base operacional no local para evitar conflitos. A determinação judicial expedida nesta semana relata que proprietários da fazenda Chaparral afirmaram que foram expulsos com seus funcionários pelos indígenas e que esta ação teria ocorrido com violência.

Segundo informações do DOF (Departamento de Operações de Fronteira), estradas vicinais que dão acesso a propriedades rurais na localidade estão bloqueadas.

A Famasul (Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul) afirma que há 14 áreas ocupadas na região, enquanto a última informação repassada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) aponta quatro.

Luiz Carlos Tormena, 60 anos, dono da Chaparral, confirma que policiais federais e um oficial de justiça estiveram em sua propriedade na quarta. "Os índios não deixaram entrar", conta. "É difícil, pois todo mundo [fazendeiros da região] está na rua", completa.

O assessor jurídico da Famasul, Carlo Daniel Coldibelli, criticou a ocupação das fazendas como forma de reivindicação política e o processo de demarcação de terras feito pela Funai. "A invasão é um crime, desrespeito à propriedade privada. E o processo de identificação e demarcação não ocorre para regularizar áreas, mas para criar novas terras indígenas".

CONT.



Crítica

Já o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) criticou a atuação do delegado de Polícia Federal Alcídio de Souza Araújo durante negociação com os indígenas na quarta.

Segundo o conselho, ele fez ameaças à comunidade. A Polícia Federal, por meio da assessoria de imprensa, afirmou que não vai se pronunciar sobre o caso, mas que o delegado tem total autonomia e confiança da instituição no cumprimento da reintegração de posse.

O advogado Luiz Henrique Eloy, membro da comissão especial do direito dos povos indígenas da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), enviou, na quarta, ofício para a PF pedindo que representantes de órgãos dos direitos humanos possam acompanhar o processo de reintegração em Japorã.

A solicitação, conforme o documento, tem como base o Manual de Diretrizes Nacionais para Execução de Mandados Judiciais de Manutenção e Reintegração de Posse, de abril de 2008.

Processo

A fazenda Chaparral está inserida na terra indígena Ivy Katu, de pouco mais de nove mil hectares, onde a demarcação pela Funai teve início há 29 anos. Em 2005, o ministério da Justiça declarou a área de posse permanente dos índios. Segundo informações do MPF/MS (Ministério Público Federal), a demarcação física foi realizada e resta a homologação da demarcação pela Presidência da República. (G1-MS)



Fazendeiros criam fundo para “guerra” com índios

SÍTIO LINHASLIVRES.WORDPRESS, 8.11.2013

Celso Bejarano / Correio do Estado

O presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) fala sobre a “guerra” por terras contra os indígenas.

A criação de milícia é parte do plano de fazendeiros de Mato Grosso do Sul que planejam uma espécie do que eles chamam de contra-ataque aos índios que ocuparam suas terras. É o que informa o jornal Correio do Estado desta sexta-feira (8).



Ontem à noite, no auditório da Associação dos Criadores de MS (Acrissul), em torno de 50 produtores rurais discutiam a promoção de leilões de gado como meio de arrecadar dinheiro e, com isso, custear a contratação de empresas de segurança para proteger as áreas rurais e também para bancar recursos judiciais.

O presidente da Acrissul, Chico Maia, idealizador da proposta do leilão, não quis admitir o termo milícia (organizações militares ou paramilitares compostas por cidadãos comuns, armados ou com poder de polícia que teoricamente não integram as forças armadas) contudo, ao expor o objetivo seu argumento, deixou a entender que os fazendeiros, “já desacreditados no Estado e no Poder Judiciário” precisam logo de uma mobilização.

“A Constituição garante que é direito do cidadão defender seu patrimônio, sua vida. Guarda, segurança, custa dinheiro. Para entrarmos numa batalha precisamos de recurso. Imagine se precisamos da força de 300 homens, precisamos de recurso para mobilização”, disse Chico Maia.

A insatisfação dos fazendeiros cujas áreas foram ocupadas por comunidades indígenas está relacionada com a promessa do governo federal que, em junho passado, quatro meses atrás, prometeu agir nos conflitos agrários. Pelo anunciado até agora, a União deve pagar pela propriedade que pode ser transformada em aldeias indígenas. Ocorre que os produtores disseram que se até o dia 30 deste mês, daqui a 22 dias, o governo federal não cumprir o prometido, a classe vai se mobilizar. *Ver matéria completa publicada hoje no Correio do Estado e assinada por Celso Bejarano.

Grupos indígenas mantêm ocupação da sede da Funai em Manaus

SÍTIO LAGARTENSE, 8.11.2013

Eles querem saída do coordenador e nomeação de indígena para o cargo. Presidência da Funai já manifestou ser contra troca de coordenador.



Índios ocupam a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Manaus desde a segunda-feira (4) e não tem previsão para deixar o órgão. Eles pedem a saída do coordenador regional, Eduardo

Deziderio Chaves, e nomeação de um indígena para ocupar o cargo.

Os índios que estão no prédio são de várias etnias. O acampamento deles se mantém no estacionamento da sede da Funai, em Manaus. A maioria está dormindo em redes, em meio aos carros. Nestes dias de ocupação, alguns funcionários do órgão estão indo trabalhar por se tratar, até então, de um protesto pacífico. "Nós queremos outra pessoa que saiba trabalhar com índio, que saiba o direito do índio né"

O grupo afirma que só deixará a sede do órgão quando tiver as reivindicações atendidas, apesar de já ter recebido uma resposta negativa. Na terça-feira (5), a presidência da Funai informou que não vai exonerar o coordenador e que ele é um gestor de confiança. A Funai destacou ainda que a dificuldade para executar projetos e programa ocorre devido à falta de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2013

Brasília, 8 de novembro de 2013.

pessoal em toda a estrutura. No entanto, o Movimento Indígena Por uma Vida Melhor se reuniu e decidiu que enviará um novo documento à Brasília com as mesmas solicitações.

"Nós queremos outra pessoa que saiba trabalhar com índio, que saiba o direito do índio né", justificou a cacique Kocama, Inaura dos Santos. "Fomos desrespeitados, discriminados pela própria central da Funai em Brasília, e esse povo que está aqui não merece sofrer por conta de um coordenador que não tem conhecimento da nossa cultura", disse o índio Kocama, Artêmio Imuna.

[Imprimir](#) | [Comunicar Erros](#) | [Link](#)



Mais de 300 índios impedem trem de seguir viagem em Ortigueira

SÍTIO O DIÁRIO, 8.11.2013

Gisele Manjurma

Mais de 300 índios impediram um trem, com cerca de 130 vagões, de seguir viagem na manhã desta sexta-feira (8), em Ortigueira (a 172 quilômetros de Maringá).

De acordo com a Polícia Militar (PM), a linha férrea passa por terras que pertencem aos índios. A empresa América Latina Logística (ALL) teria sido condenada a pagar uma indenização de R\$ 11 milhões ao povo indígena que vive naquela região. Pela manhã, aproximadamente 300 índios - a maioria do grupo é composta por mulheres e crianças - se espalharam pela linha férrea e obrigaram o maquinista a parar. Os vagões estão carregados com milho.

Ainda segundo a PM, nenhum dos dois maquinistas ficou refém dos índios, mas estão impedidos de seguir o trajeto até Paranaguá (PR), enquanto uma equipe de negociações da ALL não chegar.

A assessoria da ALL informou que enviará uma nota sobre o ocorrido no final da tarde desta sexta-feira.



STF suspende registro imobiliário da área indígena

SÍTIO ÚLTIMA INSTÂNCIA, 8.11.2013

Para Fux, território não seria área "tradicionalmente ocupadas" pelos indígenas

Decisão do ministro Luiz Fux suspendeu o registro em cartório imobiliário da área demarcada como terra indígena Kayabi no Decreto Presidencial de 24 de abril de 2013. A antecipação de tutela, a ser referendada pelo Plenário, foi deferida na ACO (Ação Cível Originária) 2224, de autoria do Estado de Mato Grosso, e obsta a transferência definitiva da propriedade até o julgamento final da questão.

Segundo o ministro, "a leitura detida das razões apresentadas [pelo Estado de Mato Grosso] revela a presença dos requisitos da fumaça do bom direito e do perigo da demora". Ele explica que o principal fundamento do estado é o de que as terras objeto da demarcação não eram "tradicionalmente ocupadas" pelos índios Kayabi.

Isso porque, segundo o estado, ao tempo da promulgação da Constituição de 1988, marco temporal fixado pelo constituinte para se reconhecer aos indígenas o direito às terras que habitam, os índios da etnia Kayabi já não mais ocupavam as terras objeto da ampliação da demarcação.

Segundo o ministro Fux, a pretensão do estado, em uma análise preliminar, encontra "amparo" na decisão tomada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) quando do julgamento da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. "No aludido precedente, restou assentado que as terras tradicionalmente indígenas seriam, somente, aquelas efetivamente habitadas por grupos indígenas na data da promulgação da Constituição Federal de 1988", informa o ministro. "Ausente esse requisito fundamental ao reconhecimento, em favor dos indígenas, do direito às referidas terras, surge como contrária à Carta Magna a ampliação de reserva já demarcada".

O ministro acrescenta que o registro em cartório da demarcação das terras e, conseqüentemente, a transferência da propriedade configura o "perigo na demora" da decisão, uma vez que isso "poderá gerar sérios atritos entre a comunidade indígena e aqueles que adquiriram as terras demarcadas de boa-fé".

Câmara de Conciliação

Ao avaliar que havia possibilidade conciliação no caso, o ministro havia determinado o envio do processo para a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal no âmbito da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2013

Brasília, 8 de novembro de 2013.

Advocacia-Geral da União em setembro deste ano. Mas diante da resposta da União requerendo o prosseguimento do processo no STF, ele proferiu a decisão liminar.

O caso

Conforme os autos, trata-se de conflito federativo entre a União e o Estado de Mato Grosso, estabelecido com a homologação da demarcação da Terra Indígena Kayabi, uma vez que "a União declarou como indígenas e, consequentemente, como suas, terras pertencentes ao Estado de Mato Grosso". Os procuradores de MT alegam que a demarcação de terras indígenas em território estadual "configura conflito federativo que gera a competência originária do STF" e, dessa forma, "cabe ao Supremo dizer se a área é indígena ou não".

Luiz Fux suspende ampliação de reserva indígena

SÍTIO BRASIL 24/7, 8.11.2013

Ministro do Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos do decreto presidencial de Dilma Rousseff de abril que homologou a ampliação da reserva indígena Kayabi, de 117 mil para um milhão de hectares



Jornal do Brasil

Luiz Orlando Carneiro - O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu os efeitos do decreto presidencial de abril último que homologou a ampliação da reserva indígena Kayabi – de 117 mil para um milhão de hectares. Relator de ação cível originária (ACO 2.224) ajuizada pelo estado de Mato Grosso, o ministro-relator sustou, por enquanto, o “registro imobiliário” da área demarcada, até que esta antecipação de tutela seja referendada pelo plenário do STF.

Segundo o ministro, “a leitura detida das razões apresentadas (pelo estado do Mato Grosso) revela a presença dos requisitos da fumaça do bom direito e do perigo da demora”. Ele explica que o principal fundamento do governo estadual é o de que as terras objeto da demarcação não eram “tradicionalmente ocupadas” pelos índios Kayabi.

De acordo com a petição, ao tempo da promulgação da Constituição de 1988, marco temporal fixado pelo constituinte para se reconhecer aos indígenas o direito às terras que habitam, os índios da etnia Kayabi já não mais ocupavam as terras objeto da ampliação da demarcação.

O despacho

Para o ministro Luiz Fux, a pretensão do estado, em uma análise preliminar, encontra “amparo” na decisão tomada pelo Supremo quando do julgamento da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol (PET3388). “No aludido precedente, restou assentado que as terras tradicionalmente indígenas seriam, somente, aquelas efetivamente habitadas por grupos

CONT.



indígenas na data da promulgação da Constituição Federal de 1988”, informa o ministro. “Ausente esse requisito fundamental ao reconhecimento, em favor dos indígenas, do direito às referidas terras, surge como contrária à Carta Magna a ampliação de reserva já demarcada”, acrescentou o ministro no seu despacho, datado desta última quarta-feira (6/11).

O ministro acrescenta que o registro em cartório da demarcação das terras e transferência da propriedade configuram o “perigo na demora” da decisão, uma vez que isso “poderá gerar sérios atritos entre a comunidade indígena e aqueles que adquiriram as terras demarcadas de boa-fé”.

Sem conciliação

Ao avaliar que havia possibilidade de conciliação no caso, o ministro tinha determinado o envio do processo à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal no âmbito da Advocacia-Geral da União (CCAF/AGU) em setembro deste ano. Mas diante da resposta da União, requerendo o prosseguimento do processo no Supremo, ele proferiu a decisão liminar.

Conforme os autos, trata-se de conflito federativo entre a União e o estado de Mato Grosso, estabelecido com a homologação da demarcação da Terra Indígena Kayabi, uma vez que “a União declarou como indígenas e, consequentemente, como suas, terras pertencentes ao Estado de Mato Grosso”. Os procuradores de MT alegam que a demarcação de terras indígenas em território estadual “configura conflito federativo que gera a competência originária do STF” e, dessa forma, “cabe ao Supremo dizer se a área é indígena ou não”.

Fogo ancestral marca início dos Jogos dos Povos Indígenas em MT

SÍTIO REPÓRTER MT, 8.11.2013

A solenidade, com horário previsto para às 17h30 desta sexta-feira, na Região do Sucuri, em Cuiabá, ocorrerá na presença de lideranças indígenas



Jogos dos Povos Indígenas em Cuiabá
SECOM - MT

Os Jogos dos Povos Indígenas começam nesta sexta-feira, quando acontecerá a cerimônia tradicional de acendimento do fogo ancestral indígena, ao pôr do sol. A solenidade, com horário previsto para às 17h30, na Região do Sucuri, em Cuiabá, ocorrerá na presença de autoridades e lideranças indígenas, no Jardim Botânico, região do Sucuri, dentro da aldeia instalada para receber o evento, que será de 8 a 16 de novembro.

O ritual será comandado por pajés e líderes espirituais escolhidos entre as 48 etnias participantes da edição dos jogos de 2013.

- A cerimônia de criação do fogo que vai iluminar a pira dos 12º Jogos dos Povos Indígenas acontece de maneira rústica, da mesma forma que faziam nossos antepassados - disse Carlos Terena, coordenador-geral dos Jogos Indígenas, pelo Comitê Intertribal.

A proposta do rito é abençoar a semana de competições. O espaço escolhido fica próximo à arena central que receberá as disputas esportivas e demonstrações de esportes tradicionais praticados entre 1.600 indígenas participantes.

Às 16h30 de sábado será a vez da abertura oficial do evento, com a participação de autoridades municipais, estaduais e nacionais.

Atletas de Barra do Bugres participam dos Jogos Indígenas

SÍTIO BARRA 1, 8.11.2013

Um grupo formado por 30 indígenas das aldeias Umutina e Bakalana de Barra do Bugres embarcou na tarde desta quinta-feira (7) com destino a Cuiabá, onde irá disputar os 12º Jogos dos Povos Indígenas, entre os dias 8 e 16 de novembro.

A região do Jardim Botânico, na capital de Mato Grosso, receberá 1,6 mil índios de 48 etnias nacionais e de 16 etnias estrangeiras.

Além das disputas esportivas nas modalidades de arco e flecha, futebol, arremesso de lança, cabo de força, corrida, natação, canoagem e corrida de tora, a programação contará com apresentações culturais, feira de alimentos indígenas, exposição, venda de artesanato, pinturas corporais e literatura.



De acordo com o coordenador da delegação de Barra do Bugres, Vanildo Ariabo Kezo, o grupo irá disputar as modalidades de futebol, canoagem, arco e flecha e cabo de guerra. Adilsinho Calomezoré é o coordenador esportivo do grupo.

A Prefeitura de Barra do Bugres apoia a participação dos atletas do município na 12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas. O secretário de Governo, Arthur José Franco Pereira, acompanhou o embarque do grupo em frente a Prefeitura e desejou boa sorte aos competidores.

Assecom



Mato Grosso será sede de encontro entre indígenas de todo o Brasil

SÍTIO G37, 8.11.2013

Quinze etnias, de onze estados e três regiões brasileiras estão confirmadas na 1ª Feira Nacional da Agricultura Tradicional Indígena e no 1º Encontro Nacional dos Agentes de Leitura Indígena, que serão realizados entre 8 e 16 de novembro, em Cuiabá (MT).

Quinze etnias, de onze estados e três regiões brasileiras estão confirmadas na 1ª Feira Nacional da Agricultura Tradicional Indígena e no 1º Encontro Nacional dos Agentes de Leitura Indígena, que serão realizados entre 8 e 16 de novembro, em Cuiabá (MT). Os eventos ocorrerão durante a 12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas, que vai reunir 1,6 mil atletas de 48 etnias brasileiras e mais 16 etnias internacionais.

Será montada, no Jardim Botânico do estado, uma estrutura de 400 m2. Para a 1ª Feira, serão disponibilizados dez estandes para quase 40 participantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que vão comercializar, entre outros produtos, mel, farinha, milho, guaraná, feijão, banana e castanha.

Para o coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Edmilton Cerqueira, essa é uma oportunidade de apresentar para as pessoas a cultura indígena. "O MDA já vem intensificando as ações voltadas para os povos e comunidades tradicionais e a primeira feira e o primeiro encontro é um momento onde poderemos demonstrar a ampliação dessas políticas do MDA para os indígenas", comenta.

Os indígenas terão à disposição, no próprio local do evento, diversas malocas (ocas), que abrigarão cerca de 40 pessoas, cada uma. "A sensação que as pessoas vão ter ao chegar ao local é que estão entrando em uma aldeia, essa é a intenção", afirma Edmilton.

Sementes tradicionais

Um dos destaques da Feira é a troca de sementes tradicionais, que ocorrerá entre as etnias presentes, com o objetivo de criar e fortalecer a consciência pública sobre a cultura desse povo e da diversidade cultivada por eles. "Aconteceu que, com o tempo, sementes de uma etnia foram parar em outras etnias. E esse é o momento deles resgatarem as sementes próprias de sua aldeia", resume Luiz Fernando Machado de Souza, coordenador de ações indígenas do MDA. "A demanda, tanto da Feira como da troca das sementes, partiu dos próprios indígenas. A ação vai dar uma visibilidade grande para eles", completa.

CONT.



Leitura indígena

Mais de 30 índios participarão do 1º Encontro Nacional dos Agentes de Leitura, no âmbito do Programa Arca das Letras, do MDA. A intenção é incluir as aldeias de todo o Brasil no mundo dos livros por meio de bibliotecas móveis, chamadas de arcas, e capacitar e formar agentes de leitura.

Estarão presentes agentes que já realizam o trabalho em comunidades indígenas, para capacitar os novos voluntários. “Com isso, queremos resgatar, também, a língua indígena e transformá-la em escrita, para que não se perca”, destaca Luiz Fernando.

“Esse tipo de evento interfere de forma positiva na cultura indígena. Isso valoriza a tradição deles e faz com que conheçam, ao mesmo tempo, coisas que eles não têm, de outras etnias e de povos não indígenas”, enaltece o antropólogo da Associação Floresta Protegida, da aldeia Kayapó, Fernando Niemeyer. “Os índios Kayapó, por exemplo, gostam muito desse tipo de evento. E é positivo que eles conheçam outras culturas”, finaliza.

Esportes e manifestações

Durante os dias de jogos, os guerreiros-atletas estarão focados nas competições esportivas. São dez modalidades: canoagem, arco e flecha, cabo de força, arremesso de lança, corrida de 100 metros, corrida de fundo, corrida de tora, natação/travessia e futebol (masculino e feminino). Exceto a travessia de rio e natação, realizadas no período da manhã, as demais provas são disputadas sempre a partir de 19h, na arena dos jogos.

Serviço

12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas

1ª Feira Nacional da Agricultura Tradicional Indígena/1º Encontro Nacional dos Agentes de Leitura Indígena

Data: 8 a 16 de novembro

Local: Jardim Botânico de Cuiabá (MT)

Entrada: Gratuita

Com "Fogo Ancestral" XII Jogos Indígenas começará nesta sexta
SÍTIO ISSO É NOTÍCIA, 8.11.2013

Programação incluiu exposição de artigos culturais e comidas típicas para os visitantes



Jogos reunirão 48 etnias indigenistas para celebrar cultura

FELIPE DE ALBUQUERQUE
DA REDAÇÃO

Na remota região do Jardim Botânico, no bairro Sucuri, será realizada a cerimônia que dará início aos XII Jogos dos Povos Indígenas. Por volta das 17:30h desta sexta (8), a tocha representando o Fogo Ancestral de 48 etnias brasileiras será acesa para se apagar no dia 16, último dia do evento.

Além de reunir diversas tribos de diferentes regiões do país, Cuiabá irá recepcionar representantes de outras 11 etnias do exterior de países como Costa Rica, Paraguai, Peru, Estados Unidos, Canadá e Venezuela, totalizando o número recorde de, aproximadamente, 1600 índios. Por essa dimensão, os jogos são considerados o maior evento intertribal das Américas.

As atividades para os visitantes têm a finalidade primordial de propagar os elementos indigenistas com apresentações de dança, exposição e venda de artesanatos, pintura e diversos outros aspectos que referenciam a cultura desses grupos. Nos jogos nativos serão disputadas as modalidades de arco e flecha, futebol, arremesso de lança, cabo de força, corrida, natação, canoagem, corrida de tora, lutas corporais e o futebol de cabeça (jikunahati).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2013

Brasília, 8 de novembro de 2013.

[Confira a programação completa aqui.](#)

“Para nós, o mais importante não é ganhar, não é levar vantagem. Nossa prioridade é a celebração da família, o encontro, a alegria, a dança, o canto e também os jogos em si. Estamos buscando dignidade para o ser humano indígena. Todos os participantes ganham medalha”, explicou um dos organizadores, Carlos Justino Terena, durante o XI Jogos Indígenas realizado em Tocantins, no ano passado.

Este ano, os Jogos contarão com a presença do caiapó Raoni Metuktire. O líder indígena brasileiro é conhecido internacionalmente por sua luta pela preservação da Amazônia e pelos direitos indígenas.

Investimentos

Idealizado pelo Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena, e realizado pelo Ministério do Esporte em parceria com o Governo de Mato Grosso, serão gastos, ao todo, R\$ 1.504.777,00 na estrutura do evento, de acordo com relatório publicado no Diário Oficial da União.

Os investimentos serão feitos em montagens de ocas, banheiros químicos, tendas, alambrados, som, palco e luz.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2013

Brasília, 8 de novembro de 2013.

COMUNIDADE DO ABC LANÇA O 1º CAMPEONATO DE FUTEBOL 7 DE INTEGRAÇÃO INDÍGENA

SÍTIO RÁDIO MUNICIPAL TENENTE PORTELA - RS, 8.11.2013

No próximo domingo, 10 de novembro, inicia o 1º Campeonato de Futebol 7 de Integração Indígena. O certame é promovido pela comunidade do setor ABC, da Terra Indígena do Guarita, de Tenente Portela.

Confira os confrontos da única categoria – Livre:



1ª Rodada

Veteranos J B x Alto Alegre
Manchinha x Três Soitas
Hebiapó x Grêmio
A.F.F x ABC

2ª Rodada

Manchinha x Nu Fág
Bragantino x A.F.F
Hoz x Cruzeiro
Emater x Mukej

3ª Rodada

Irapuá x Hebiapó
ABC x Veteranos J.B
Três Soitas x Emater
Cruzeiro x Grêmio

[DEMAIS RODADAS](#)

Fonte: PO



Rumo a 2ª Marcha Nacional da Periferia com o Quilombo Raça e Classe

SÍTIO CSP - CONLUTAS, 8.11.2013

A Marcha da Periferia foi uma semente plantada em 2006 por membros do Movimento Hip Hop Organizado do Maranhão "Quilombo Urbano". Essa iniciativa decorreu da percepção dos integrantes desta organização de que os conflitos entre a juventude negra estavam se deslocado dos enfrentamentos entre os bairros para o interior dos bairros. A esse processo passaram a chamar de "Guerra Interna" e identificar como uma clara política de Estado para controle social da juventude negra e pobre.

Cabe lembrar, entretanto, que desde 1989 o Quilombo Urbano já realizava os festivais de Hip Hop na semana da Consciência Negra como um momento de confraternização entre a juventude das periferias de São Luís em homenagem a Zumbi de Palmares e outras referências históricas do povo negro e de coroamento das atividades políticas e culturais que o Quilombo Urbano e outros grupos de Hip Hop realizavam nas comunidades pobres e negras durante todo ano. Sendo assim, os festivais de Hip Hop foi o embrião das Marchas da Periferia.

Nos primeiros anos de sua realização, as ações da Marcha da Periferia ficaram limitadas ao Hip Hop e algumas entidades do movimento popular e das esquerdas maranhense. Entretanto, a partir de 2011, a Marcha da Periferia ganhou uma dimensão nacional impulsionado pelo Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe e fortalecida pelas Entidades Sindicais, Movimentos Populares, de Opressões e Estudantis filiados a CSP- Conlutas – Central Sindical e Popular.

Em 2013, a Marcha da Periferia, que traz como tema "PELOS AMARILDOS... DA COPA EU ABRO MÃO", acontecerá em várias cidades e estados do Brasil, em muitos com a adesão e fortalecimento de outros Movimentos de Opressões, Sociais, Estudantis e Entidades Sindicais.

POR QUE DEVEMOS MARCHAR NA PERIFERIA!

Na introdução brasileira do livro "Miséria das Prisões" o sociólogo francês Wacquant (1999) afirma que existe uma "ditadura pura" instalada nos bairros pobres do nosso país. E não é exagero. O Estado de exceção conforme demonstra Agamben (2003) tem se tornado uma regra geral contra os pobres em todo o mundo. Por isso, mesmo que a ideia de Estado mínimo deve ser relativizada, pois se ele é mínimo no campo das políticas sociais está cada vez mais robustecido em sua ponta repressora.

Enquanto os governos neoliberais dos últimos vinte anos "satanizavam" o Estado provedor do bem estar social, para que o mesmo fosse exorcizado do meio da classe trabalhadora, o

CONT.



investimento em segurança pública crescia assustadoramente. Em 2008 o investimento em repressão cresceu 15%, o equivalente a R\$ 47,6 bilhões segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Por outro lado, basta verificar o contingente de indivíduos aprisionados no Brasil nos últimos anos. Dados divulgados pelo do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) apontam que nos últimos cinco anos o número de presos no Brasil cresceu 37%. Temos na atualidade o terceiro mais populoso sistema carcerário do mundo com 494.598 presos, perdendo apenas para Estados Unidos que têm 2.297.400 presos e a China com 1.620.000, países esses que possuem uma população muito superior a nossa.

Ninguém precisa ser analista político para constatar que os direitos constitucionais da democracia burguesa, especialmente o direito à vida, fica postado no "pé dos morros" ou nas fronteiras dos bairros de periferia, apenas as polícias entram nessas localidades com força total.



Por ano mais de 25 mil jovens continuam sendo mortos por armas de fogo no Brasil, a grande maioria são negros e muitos mortos por policias. Juntas, as policias de São Paulo e do Rio de Janeiro matam mais do que aquela que é considerada a polícia mais violenta do mundo, a de Nova Iorque. Se já não bastasse o etnocídio (eliminação cultural) da população negra via ideologia do branqueamento, o Estado brasileiro tem intensificado o genocídio (eliminação física) da população afro-brasileira que reside nos bairros pobres.

Em quase todos os estados brasileiros existem bairros de maioria negra ocupados pela Força de Segurança Nacional. Uma das mais propagandeadas políticas do governo Dilma na área de segurança pública é a nacionalização das UPP's (Unidades de Polícia Pacificadoras).

O caso do Ajudante de Pedreiro Amarildo de Souza, negro e morador da favela da Rocinha no Rio de Janeiro, onde tudo leva a crê que foi sequestrado, torturado e assassinado por policiais de uma UPP instalada naquela comunidade, é um exemplo cabal do caráter racista e repressor desse tipo de política de Estado, que é parte do processo de criminalização da pobreza e de extermínio da população negra.

CONT.



A realização dos “grandes eventos” no Brasil como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 tem a intensificado o processo de criminalização da pobreza e do extermínio da população negra. Centenas de milhares de famílias que residiam em comunidades próximas aos locais onde esses jogos serão realizados já foram, autoritariamente, removidas.

Mas, não só a população negra e pobre de maneira geral sofre esse processo, é necessário também silenciar os movimentos sociais que nascem do interior dessas camadas sociais com o objetivo de enfrentar e reverter tais situações. Por todo o Brasil, centenas de lideranças comunitárias, quilombolas, camponesas, ambientalistas e advogados estão marcados para morrer, algumas das quais já perderam suas vidas. Nos bairros pobres qualquer manifestação popular é criminosamente associada pelos governos e pela grande mídia ao tráfico de drogas e ao crime organizado, enquanto os crimes cometidos pelo Estado policial contra seus moradores é quase sempre divulgados como resultado de enfreteamento entre “bandidos” e policiais.

Por outro lado, salta aos olhos os pomposos gastos dos diversos governos com as obras faraônicas da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Os 1, 5 bilhões de reais que seriam destinados aos megaeventos se transformou em fabulosos 45 bilhões, conforme anuncia o próprio governo federal. Esses gastos contrastam com a situação de pobreza da maioria da população que padecem com a destruição dos serviços públicos básicos como educação, saúde, moradia e mobilidade social. Essa contradição foi a causa principal das jornadas de junho e das paralisações nacionais das centrais sindicais em agosto e setembro que levaram milhões de pessoas às ruas por todo o país.

Considerando a situação limite em que se encontra a massa negra proletarizada do Brasil e a “derrama” de dinheiro público aos empresários dos megaeventos definiu-se como temática para a Marcha Nacional da Periferia de 2013: PELOS AMARILDOS, DA COPA EU ABRO MÃO – O MOVIMENTO NACIONAL QUILOMBO RAÇA E CLASSE faz o chamado a todos os setores combativos da classe trabalhadora, dos movimentos negro, quilombola, indígena, mulheres, estudantil, popular independente dos governos e patrões para construir, organizar e participar da construção da Marcha da Periferia numa perspectiva de Raça, Classe, Gênero e Socialista, buscando organizar, formar e responder as demandas de luta da classe trabalhadora negra e pobre do Brasil!

AGENDA DOS ESTADOS QUE JÁ ESTÃO ORGANIZADOS – PARTICIPE!

Dia 20 de Novembro – Minas Gerais
Dia 20 de Novembro – São Paulo
Dia 21 de Novembro – Rio de Janeiro
Dia 22 de Novembro – Alagoas
Dia 22 de Novembro – Maranhão

CONTATOS:

E-MAIL: quilomboracaeclasses.nacional@gmail.com
movimentonacionalquilomboracaeclasses@facebook.com

Movimento de resistência
SÍTIO PÁGINA 22, 8.11.2013

Vinte e cinco anos após a promulgação da Constituição de 1988, não apenas os direitos indígenas carecem de efetivação. Saiba como as comunidades quilombolas e seus apoiadores têm se organizado para fazer frente aos ataques a seus direitos coletivos

Na primeira semana de outubro, diversas cidades brasileiras, como São Paulo e Brasília, viram tomar corpo passeatas capitaneadas por alguns dos mais de 240 povos indígenas que vivem no País. O fato quase desconhecido pela opinião pública é que a Mobilização Nacional Indígena também foi fortalecida por outras populações tradicionais, como as comunidades quilombolas[1].

Benedito Alves da Silva, o Ditão, conhecida liderança do quilombo de Ivaporunduva, no Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, é um dos 300 quilombolas que lotaram mais de três ônibus para ir ao encontro dos Guarani Mbyá e Nandeva. Juntos, eles compuseram a massa de pessoas que, caminhando da Avenida Paulista ao Parque do Ibirapuera, tomaram o Monumento às Bandeiras, na capital paulista.

A mobilização foi motivada pela defesa dos direitos constitucionais de povos indígenas e populações tradicionais[2], como os quilombolas, diante de uma



série de iniciativas no Congresso Nacional. Estas visam alterar os procedimentos de demarcação de terras indígenas e de reconhecimento de territórios remanescentes de quilombo, como o Projeto de Lei Complementar nº 227/2012 e a Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000. (Leia mais sobre os projetos em “Sem apito, sem terra, sem voz”.)

[1] Os remanescentes de quilombo são grupos étnico-raciais de ancestralidade negra e trajetória histórica própria, relacionada com a resistência à escravidão. Eles têm assegurado, pela Constituição de 1988, o direito à propriedade definitiva sobre as terras que ocupam

[2] Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Definição usada no Decreto Federal nº 6.040/2000, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais)

CONT.



Convocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Mobilização Nacional Indígena foi apoiada por inúmeras organizações da sociedade civil, incluindo a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq). Na região da Mata Atlântica, conta Ditão, os territórios remanescentes de quilombo e as terras indígenas enfrentam ameaças parecidas, que incluem projetos hidrelétricos e de mineração, mas o que parece o maior fator de união é a luta pela efetivação de seus direitos territoriais: "As políticas atuais não estão sendo favoráveis a esses dois segmentos da sociedade nacional", diz.

Mas a união de quilombolas e indígenas por essa pauta não foi exclusividade da mobilização em São Paulo: na região do Rio Trombetas, norte do Pará, os Kaxuyana e os Tunayana juntaram-se às comunidades quilombolas em um ato contra a morosidade dos processos de reconhecimento territorial e contra as iniciativas de mineração nas terras quilombolas Alto Trombetas e Jamari/Último Quilombo/Moua. No dia 2 de outubro, com o apoio de ONGs indigenistas, eles lançaram a campanha "Índios e quilombolas de Oriximiná juntos na defesa dos direitos territoriais".

O coordenador nacional da Conaq, Denildo Rodrigues, o Bico, concorda que o contexto é desfavorável: "A gente sabe que quem está no olho do furacão agora são quilombolas e indígenas. Em São Paulo, a gente já vinha fazendo uma pauta conjunta. E aí essa pauta de outubro foi integrada nacionalmente".

Publicada em 30 de setembro, a "Carta dos Quilombolas à Sociedade Brasileira", assinada pela Conaq, quer lembrar que o País também é terra quilombola. Bico reitera: "Hoje, no Brasil, temos mais de 5 mil comunidades quilombolas. Onde existiu escravatura, existiu a resistência".

Às vésperas do Dia da Consciência Negra (20 de novembro), tanto Ditão quanto Bico avaliam que há pouco a comemorar. "Nós estamos bastante pessimistas. O que estamos fortalecendo é a nossa luta, para brigar contra esse sistema. A nossa luta tem melhorado cada vez mais", nota Ditão, lembrando que a própria história do povo negro brasileiro, especialmente dos quilombolas, é amplamente desconhecida.

SER QUILOMBOLA

Se hoje as principais demandas das comunidades quilombolas estão centradas no reconhecimento de seus territórios, isso não significa que as questões que as envolvem se resumam a esse tema.

O próprio direito à terra, no caso quilombola, é mediado pelo critério da autoatribuição, outro dos direitos conquistados pelo movimento e reiterado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

Oficialmente definidos como remanescentes de comunidades de quilombo, os herdeiros de Zumbi dos Palmares não representam "sobras" dos coletivos que foram escravizados no

CONT.



passado, mas grupos que, tendo em vista essa ancestralidade, querem garantir a continuidade de modos de vida culturalmente diferenciados, seja no ambiente rural, seja no urbano.

No Brasil é possível observar historicamente uma diversidade nas formas de organização dos quilombos, constituídos não apenas por descendentes de escravos fugitivos – como no caso de Palmares.

Já em 1850, com a Lei de Terras, por exemplo, havia registros de terras de uso comum por comunidades negras, como “terras de santo” e “terras de preto”.

Rebeca Campos Ferreira, pesquisadora do Núcleo de Antropologia do Direito da Universidade de São Paulo (Nadir/USP), observa que existe uma contradição no fato de que, para ter acesso a determinados direitos sociais ou mesmo ao reconhecimento territorial, as comunidades tenham de receber uma certidão emitida por um ente público garantindo que são quilombolas. Para ser reconhecida, a comunidade precisa se autodeterminar, constituir uma associação e encaminhar uma ata da associação à Fundação Cultural Palmares pleiteando a certificação.

Por conta disso, apesar de a Conaq contabilizar a existência de pelo menos 5 mil comunidades, a Fundação Cultural Palmares (FCP) certificou apenas 2.278 até agosto de 2013. Assim, “quilombola” aparece como uma categoria a que tais comunidades precisam se adequar para ser reconhecidas como sujeitos de direito diante do Estado.

O IMPASSE DAS TITULAÇÕES

Em novembro deste ano, comemoram-se dez anos da instituição da normativa que regula os procedimentos de identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos: o Decreto nº 4.887/2003.

Bico, da Conaq, analisa: “O Decreto 4.887 é uma vitória para nós. Mas essa conquista não basta, se não houver vontade política. O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tem mais de 20 processos nas mãos dele e não assina; tem de parar de deixar que interesses econômicos se sobreponham aos direitos das comunidades”.

Segundo informações disponibilizadas no site do Incra, há 1.264 processos de demarcação em aberto, dos quais, até o momento, apenas 139 chegaram ao estágio final: o título



da terra. Dessa forma, 207 comunidades receberam os títulos de posse de suas terras até o momento – porque um mesmo título pode ser expedido para mais de uma comunidade.

Assim como nos conhecidos casos de terras indígenas, parece haver gargalos em todas as

CONT.



etapas do processo e, mesmo com a sua finalização, o reconhecimento oficial não garante que os conflitos fundiários cessem. Segundo o relatório Conflitos no Campo Brasil 2012, editado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), os assassinatos de quilombolas representaram 12% do total de mortes ocasionadas por conflitos fundiários em 2012.

Rebeca lembra que alguns dos entraves à titulação das terras quilombolas tem origem no próprio governo federal. "Em diversas situações, órgãos do governo apresentam resistência à regularização das áreas quilombolas. Podemos citar (o caso de) Marambaia (RJ), onde uma disputa é travada com a Marinha; de Alcântara, no Maranhão, em que a Aeronáutica está implicada; e os processos envolvendo a sobreposição de terras quilombolas e unidades de conservação, nas quais a resistência parte dos órgãos ambientais, como o caso de Cambury, em Ubatuba, litoral norte de São Paulo, e muitas das comunidades do Vale do Ribeira, também em São Paulo", enumera.

A pesquisadora destaca ainda a existência de diversas comunidades desterritorializadas – fora de seu território original –, como o Quilombo de Porcinhas, na cidade de Agudos (SP), em que a comunidade foi expulsa por uma ação de reintegração de posse.

De fato, as comunidades quilombolas enfrentam muitos obstáculos para efetivar o acesso pleno ao direito à terra, especialmente porque, além das titulações, as desapropriações das propriedades incidentes em terras quilombolas seguem lentamente. Segundo a pesquisadora, "embora tenham sido decretadas pelo governo federal, não há reais condições para dar eficácia a essas desapropriações".

Para piorar a situação, o decreto de 2003 é alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Adin nº 3.239, ajuizada pelo então PFL, o hoje Democratas (DEM), no Supremo Tribunal Federal (STF), em agosto de 2004, seis meses após a publicação do decreto. O DEM contesta na Adin, entre outros pontos, o poder do Incra para desapropriar terras particulares sobrepostas a territórios quilombolas e o direito à autodeterminação das comunidades. Tendo ido a julgamento em abril de 2012, a Adin obteve até agora apenas o voto do relator, o ministro César Peluso, a favor da inconstitucionalidade.

Rebeca explica: "Há um ano e meio o julgamento encontra-se suspenso e o voto de Peluso é o que vale. Enquanto a Adin não voltar à pauta e continuarmos nessa situação de suspensão, que já dura um ano e meio, as titulações, que já caminhavam a passos lentos (ou não caminhavam), dificilmente vão deslanchar".

Para a pesquisadora, o julgamento da Adin nº 3.239 gerou insegurança jurídica sobre os processos de reconhecimento de comunidades quilombolas. "Como não se sabe se é constitucional ou não, visto que aguarda a retomada do julgamento pelo STF, é melhor não arriscar. Nessa espera, os conflitos e a violência se intensificam, e as comunidades padecem", diz.

A esperança do movimento quilombola reside agora em outro julgamento, este no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4), no caso da Comunidade Quilombola de Invernada Paiol

CONT.



de Telha, do Paraná [5]. Acredita-se que uma decisão favorável à comunidade, considerando-se improcedente a arguição de inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003, poderia influenciar o julgamento da Adin nº 3.239, levando o STF a rejeitar o argumento do DEM.

No entanto, segundo Bico, da Conaq, nada está garantido: "A gente tem muito medo. A gente sabe que hoje em dia quem está nos tribunais não são as famílias de baixa renda. No caso de Paiol de Telha, foi dado o parecer favorável à comunidade quilombola e, depois, a Justiça voltou para trás".

DIREITOS EM SUSPENSO, SOLUÇÕES CONCRETAS

O governo tem tentado esboçar respostas a esse quadro de difícil solução. Segundo o diagnóstico apresentado pelo Programa Brasil Quilombola, em agosto de 2012, os avanços mais significativos na política de regularização fundiária ocorreram no período de 2003 a 2010 – propiciados pela criação do programa em âmbito federal em 2004, pela implantação de normativas para a desinversão das terras e pela inclusão de dotações específicas para a regularização fundiária de áreas quilombolas no Plano Plurianual 2004-2007, entre outros.

Elaborado sob responsabilidade da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), o relatório registra: "Por se tratar de uma política relativamente nova, a qualificação das demandas tem provocado a necessidade de adaptações (legais, orçamentária, financeira e operacional), para sua melhor execução". Ainda assim, o diagnóstico reconhece que isso não é o suficiente para dar conta das demandas de regularização das comunidades.

Na opinião de Nilto Tatto, coordenador do Programa Vale do Ribeira do Instituto Socioambiental (ISA), diferentemente da problemática indígena – em que houve avanços na Amazônia Legal e o desafio maior atualmente localiza-se no Sudeste e Nordeste – no caso das terras quilombolas a necessidade de desapropriação demanda um grande volume de recursos para regularizar plenamente os territórios – para além de haver vontade política. "Nesse sentido, ela não é distinta da dificuldade de fazer a reforma agrária", compara.

No caso das terras indígenas (TIs), a legislação prevê que a população não indígena seja indenizada apenas pelo valor das benfeitorias e não da terra nua. Para que um título de propriedade coletiva possa ser emitido para uma comunidade quilombola, a área precisa ser desapropriada e os ocupantes não quilombolas precisam ser indenizados. Mas Tatto reconhece que houve progresso com o Decreto nº 4.887 – especialmente para a efetivação de outros direitos, como à educação e saúde. A instituição do Programa Brasil Quilombola foi uma forma de consolidar políticas de Estado para populações quilombolas de forma transversal, com o apoio de outros onze ministérios. Composto por quatro eixos – acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; e direitos e cidadania –, o programa publicou seu último relatório de gestão em 2012, registrando todas as ações levadas a cabo pelos ministérios para a resolução.

Rebeca Campos Ferreira lembra que o acesso a esses direitos é muitas vezes dificultado pela

CONT.



ausência de regularização territorial: "Algumas comunidades não acessam tais políticas públicas por carecer de títulos de posse e até mesmo da certidão da Fundação Cultural Palmares." Para ela, é preciso que sejam pensadas estratégias no campo jurídico, junto aos poderes Legislativo e ao Executivo, por exemplo, para cobrar a implementação das políticas públicas específicas para que as comunidades quilombolas tenham efetiva proteção jurídica.

Para Nilce de Pontes Pereira, uma jovem liderança do quilombo de Ribeirão Grande/Terra Seca, de Barra do Turvo (SP), o direito à terra é fundamental, mas importante também seria que os quilombolas tivessem acesso às políticas do Programa Brasil Quilombola e que o valor dos créditos e financiamentos fosse desburocratizado e incrementado, para que os quilombolas investissem na terra: "Seria uma maneira de dar uma autonomia e sustentabilidade às comunidades, enquanto esperam o lento processo de regularização fundiária de seus territórios", propõe.

Tatto avalia que dificilmente a sociedade brasileira aceitaria as restrições que estão sendo propostas aos direitos constitucionais de tais populações, mas também não enxerga soluções imediatas para tantos impasses. No Vale do Ribeira, o programa que Tatto coordena tem apoiado os quilombolas em diversas frentes, que vão da valorização cultural e apoio às associações quilombolas às negociações com órgãos ambientais, por exemplo. O programa também tem incentivado o turismo nos quilombos do Ribeira, coma criação do Circuito Quilombola. Com cerca de 80 comunidades quilombolas, a região conta com 20 quilombos certificados pela Fundação Cultural Palmares. Desses, apenas seis tiveram seus títulos expedidos pelo Incra, e mesmo assim continuam enfrentando pendências fundiárias.

O esforço do programa do ISA tem sido demonstrar que as comunidades quilombolas conservam seus ambientes, o que ocorre por meio do manejo tradicional dos recursos naturais, observa Tatto. Nesse sentido, no início de outubro, a comunidade do Quilombo do Galvão recebeu autorização para preparar suas roças tradicionais. As negociações para tanto levaram mais de seis anos para se concretizar e foram fortalecidas pela interlocução com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e pesquisadores da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (Each) da USP e do Instituto de Botânica, que estudam as práticas agrícolas e a agrobiodiversidade presentes nos quilombos e sua importância para a segurança alimentar dessas comunidades.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2013

Brasília, 8 de novembro de 2013.

Câmara de Vereadores de Petrolina promove Audiência Pública sobre Educação Indígena e Quilombola

SÍTIO BLOG DO GERALDO JOSÉ, 8.11.2013



Nesta sexta-feira(8), a Câmara de Vereadores de Petrolina, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Sertão Pernambucano (IF Sertão/PE) realiza Audiência Pública como tema: Educação Indígena e Quilombola: Efetivação de uma Educação Diferenciada no Estado de Pernambuco. O evento parte de um requerimento da vereadora Cristina Costa (PT) e deve reunir professores de comunidades indígenas e quilombolas das diversas regiões do estado como Sertão Central, Submédio e Médio São Francisco, Agreste Meridional e Vale do Capiberibe.

A audiência tem como público alvo professores, profissionais, funcionários, gestores da educação básica e representações dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Governo Federal e do Estado de Pernambuco e tem como objetivo possibilitar aos educadores indígenas e quilombolas de Pernambuco o aprofundarem seus conhecimentos relativos ao desenvolvimento curricular e ampliar para toda sociedade o debate sobre Educação Indígena e Quilombola.

A audiência acontecerá nesta sexta-feira (6), partir das 10h, no Plenário da Casa Plínio Amorim.

Ascom CMP



3ª CONAPIR é encerrada com pedidos por mais políticas públicas para comunidades tradicionais

SÍTIO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 8.11.2013

Avanços são reconhecidos na execução de programas de inclusão social, de maior número de ações afirmativas, como sistemas de cotas, na participação de representantes de comunidades tradicionais como negros, quilombolas, ciganos, povos de matriz africana e diversos outros grupos nas políticas públicas do país nos últimos dez anos.

Ainda assim, são grandes os gargalos observados em termos de desigualdade de oportunidades. Foi o que revelou estudo divulgado nesta quinta-feira (7) durante o encerramento da 3ª Conferência Nacional de Igualdade Racial.

O trabalho compila dados de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria de Políticas de Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). E será lançado, em sua totalidade, no final do mês. Os dados já computados, entretanto, mostram que, em pelo menos quatro áreas, a situação continua crítica em alguns itens relacionados à violência e juventude e requer acompanhamento no quesito educação.

Baseado em dados demográficos que compilam indicativos de 2004 até 2011, o estudo mostra que enquanto em 2004 16,3% do total de negros existentes no Brasil eram analfabetos, em 2011 esse percentual foi reduzido para 11,5%. A redução é um avanço, mas, por outro lado, enquanto em 2004 eram registrados 122,97 homicídio de negros jovens com idade entre 15 e 29 anos para cada 100 mil habitantes, em 2011 esse número de mortes saltou para 135,07 para cada 100 mil habitantes.

Vulnerabilidade social

Em 2004, 16% da população negra com idade entre 18 e 24 anos declarava não estudar, não trabalhar nem procurar qualquer tipo de emprego. Em 2011, esse percentual subiu para 18,1%. O mesmo desempenho negativo foi observado em relação a pessoas com faixa etária um pouco maior – a dos que possuem entre 25 e 29 anos – que subiu de 16,9% para 17,5% no período.

Mas nem tudo é resultado negativo. O estudo comprovou que a média de anos de estudo de negros com idade a partir de 15 anos, subiu de 5,8 do total em todo o Brasil, em 2004, para 6,9 em 2011. Da mesma forma, a taxa de frequência de estudantes negros nas escolas com idade até 3 anos foi ampliada de 11,5% para 18,3%.

CONT.



Mas o salto positivo maior foi observado na frequência de alunos com faixa etária entre 15 e 17 anos, que subiu de 78,9% para 82,5% no mesmo período. "Isso mostra que os negros, bem como representantes de comunidades tradicionais, estão correspondendo bem às políticas públicas implantadas e ampliando seus conhecimentos técnicos e educacionais, embora seja preciso bem mais", avaliou Rosenilda Pereira, coordenadora de um dos conselhos representados no evento, de Ilhéus, na Bahia.

Uma das contradições observadas diz respeito a indicadores de trabalho e renda. O estudo mostrou uma redução do número de pessoas negras desocupadas com idade acima de 16 anos (em 2004, o percentual de desocupados era de 9,8% e em 2011 passou a 7,4%). Além disso, dentre os que declaravam ter emprego em 2004, a renda média da época, que era de R\$ 626,39, passou a ser de R\$ 927,90 em 2011. O valor, no entanto, está longe da média do salário dos trabalhadores brancos que exercem o mesmo tipo de atividade, de R\$ 1.549,91.

O percentual da população negra que se considerava em situação de extrema pobreza, 11%, foi reduzido para 5,7% em 2011. E o de negros em situação de pobreza, que era de 20,1%, passou a 8,9% – um dos resultados mais expressivos.

Previdência e trabalho formal

Também chamou a atenção como ponto positivo das ações afirmativas os indicadores relacionados à previdência social. O percentual de idosos negros que possuíam cobertura previdenciária em 2004, que era de 80,3%, passou a ser de 81,6% em 2011. E a chamada proteção previdenciária da população ocupada passou a ser de 57,5% a 66,0%. "Isso pode parecer uma diferença ínfima de percentual, mas quando traduzida em número de pessoas assistidas, representa um grande progresso", comemorou Edmundo Rodrigues, um dos coordenadores do evento.

Parte desse resultado, segundo ele, também pode ser considerado reflexo da taxa de formalidade das pessoas negras ocupadas com idade acima de 16 anos, que em 2004 era de 38,8% do total no país e em 2011 passou a ser de 50,3%. O estudo leva em conta comparativos entre pessoas que declararam nas pesquisas realizadas terem cor branca, negra ou parda.

Mas a Conferência levou em consideração, também a situação de ciganos, representantes de comunidades quilombolas, comunidades de matriz africana, indígenas, políticas para as mulheres, populações em situação de rua e comunidades de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT).

Carta de Brasília

Além da divulgação destes dados, o evento discutiu a divulgação do documento Carta de Brasília, que deve pedir, dentre outras reivindicações, a garantia da rubrica de ações de promoção da igualdade racial nas dotações orçamentárias do Executivo; garantia da implementação do programa de enfrentamento ao racismo institucional nas três esferas do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 203/ 2013

Brasília, 8 de novembro de 2013.

governo, bem como monitoramento e luta pela demarcação de terras pertencentes a comunidades quilombolas e isenção do pagamento de Imposto Territorial Rural (ITR) para os moradores dessas áreas.

Estão sendo propostas ainda, para homologação da Carta de Brasília – cuja conclusão é esperada ainda para esta noite; a criação de um fundo nacional quilombola, a criação de de um programa de capacitação continuada para servidores e gestores em temas étnicos e raciais; a inclusão dos povos ciganos no entendimento de comunidades tradicionais a serem também atendidas por programas sociais destinados a políticas de promoção da igualdade racial; além do estabelecimento de cotas para negros, indígenas, ciganos e demais comunidades de matriz africanas em todos os concursos públicos realizados no Brasil.

(Rede Brasil Atual)



A exploração econômica e os conflitos em terras indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 8.11.2013

Um de cada três hectares que governos da América Latina, África e Ásia concedem à exploração mineradora, agroindustrial ou florestal está em área indígena

Marcelo Justo* – Carta Maior

Londres - Um de cada três hectares que governos da América Latina, África e Ásia concedem à exploração mineradora, agrícola-industrial ou florestal se encontra em terras de comunidades indígenas. O projeto Munden, da organização internacional Direitos e Recursos, analisou cerca de 153 milhões de hectares em concessão, em um total de 12 países, cinco da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Peru), três da África (Cameron, Libéria e Moçambique) e quatro da Ásia (Camboja, Indonésia, Malásia, e Filipinas). A Carta Maior conversou com a consultora legal de Direitos e Recursos, a advogada brasileira Fernanda Almeida, sobre como é a situação concretamente no Brasil.

O projeto Munden fala de uma sobreposição de quase 33% entre a propriedade indígena e as concessões que se fazem para explorações de diferentes tipos. Como é a situação no Brasil?

Há pelo menos 689 terras indígenas no Brasil, que abarcam aproximadamente 240 povos indígenas e representam cerca de 13% do território nacional. Umas 128 estão em fase de identificação, ou seja, está se desenvolvendo um estudo antropológico para definir, entre outros fatores, os limites do território. 35 estão identificadas e necessitam que o estudo antropológico seja aprovado pela FUNAI, o órgão nacional responsável pelo processo de demarcação de terras indígenas. E há 460 terras que têm o processo de delimitação concluído. Mas também não se trata unicamente dos povos indígenas. Aí estão os direitos dos quilombolas, populações tradicionais de origem africana.

Nosso trabalho procura ver onde há sobreposição entre explorações concedidas e direitos indígenas ou de populações como os quilombolas. Há claros indicadores de que essa sobreposição existe e representa um risco. Isso acontece, sobretudo, nas áreas onde as populações não estão legalmente reconhecidas, o que não quer dizer que não haja conflitos em zonas onde há um reconhecimento legal.

Vocês dizem que a sobreposição de direitos indígenas e exploração econômica é uma fonte de conflitos não só para as populações originárias, mas para os próprios investidores que podem perder bilhões de dólares no processo. Pode dar exemplos?

CONT.



Em nível mundial, calculamos que no setor agrícola há cerca de 5 bilhões de dólares de investimentos em terras que se sobrepõem com a propriedade indígena. Os investidores não costumam levar em conta que a oposição jurídica, civil e às vezes violenta à exploração econômica de um território pode ter impacto na rentabilidade. Essa oposição é cada vez mais frequente porque houve um processo de democratização a nível mundial que inclui um maior reconhecimento dos direitos dos indígenas e, entretanto, não aparece nos cálculos que se fazem para examinar o risco de investimento.

No caso específico do Brasil, há que levar em conta que é o terceiro exportador agrícola do mundo, o primeiro em açúcar, segundo em soja. A expansão que se deu recentemente na soja e no açúcar causou o deslocamento de produtores rurais e comunidades indígenas. Na soja, sobre um cultivo de mais de 42 mil hectares, mais de 7 mil estão em território sobreposto.

Em nosso estudo estimamos que os conflitos nas terras indígenas de Jatayvary, Guyraroka, Panambi-Lagoa Rica e Takuara levaram a uma deterioração do valor da produção de mais de 8 milhões de dólares. A cifra pode parecer menor, 0,2% da produção agrícola, mas há que levar em conta que se trata de um dos 13 territórios indígenas. Sobre o resto não temos os dados correspondentes.

Vocês afirmam que a exploração mineira, a agrícola-industrial e a florestal são os principais investimentos que entram em conflito com as terras de comunidades indígenas. Qual é a mais conflitiva no Brasil?

Há problemas nas três áreas, mas o lobby da agroindústria é muito forte. Esse lobby está tentando mudar os direitos já reconhecidos pela legislação. Em termos de legislação, o Brasil é bastante sólido a respeito à proteção de populações indígenas. Essa legislação é fruto da reforma constitucional de 1988 e todo o processo de democratização do país. Nesse processo se reconheceu uma grande parte do território nacional como pertencente às populações indígenas.

O lobby agrícola sente que há demasiadas terras reconhecidas. Há algumas iniciativas que se estão discutindo neste momento que tratam de flexibilizar esses direitos. Por exemplo, há uma proposta de reforma da constituição para que, em vez do executivo, seja o congresso nacional o que delimite essas terras. Há também um questionamento na Corte Suprema sobre a legalidade da lei que regula os direitos dos quilombolas. E é possível que a justiça determine contra.

Na mineração deveria ser menos conflitivo porque o subsolo pertence ao estado.

A mineração em terras indígenas é uma exceção, uma vez que a Constituição permite a atividade mineradora em terras indígenas. Entretanto, a Constituição condiciona a atividade mineradora nessas áreas à aprovação de uma lei específica que regulamente este processo. Essa lei ainda não foi aprovada. O Brasil ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho que demanda que o estado respeite o direito de consulta dos povos indígenas. Isso quer dizer que, antes que se outorgue uma concessão, a população indígena

CONT.



tem direito de opinar sobre essa concessão. Em caso de que não queiram, deve abrir-se uma negociação. Em geral, o governo tem a última palavra, mas esta pode ser questionada em nível legal. O fato de que a mineração tenha um direito em nível legal não quer dizer que não haja riscos econômicos se a população indígena não está de acordo.

Como se decidem esses conflitos no Brasil? Por negociação com intervenção do estado, pela via legal, pela violência?

Depende de cada caso. Muitas vezes a resolução é violenta, em especial na Amazônia, onde a presença do Estado em nível judicial é baixa. No estado do Mato Grosso do Sul, fronteiro com o Paraguai e a Bolívia, foram assassinados cerca de 279 indígenas entre 2003 e 2011 em conflitos estimulados pelo crescente valor das terras com o boom dos preços de matérias primas. Mais especificamente em 2011 o relatório sobre violência contra povos indígenas no Brasil de 2011 falava de 32 mortos indígenas em 12 meses, 27 Guaraní-Kaiowá, 2 terena, 2 Guaraní-nhandeva e 1 Ofayé-Xavante.

Essa presença de guaranis não surpreende porque vivem em áreas nas quais há maior densidade populacional e investimento, como Mato Grosso do Sul, fatores que aumentam o potencial de conflitos. Houve também casos de grande impacto midiático global, como a ameaça de suicídio massivo da população indígena Guaraní- Kaiowá ou em nível nacional, como a demanda dos produtores rurais por indenizações para abandonar a exploração no município de Iguatemi, em Mato Grosso do Sul em 2012.

No relatório vocês destacam que a América Latina está avançada em relação ao reconhecimento do direito indígena ao ser comparada com o que acontece na Ásia ou na África. Esse maior reconhecimento deveria facilitar uma resolução pacífica e legal dos conflitos.

Sempre há que ver caso por caso, porque se tratam de instâncias muito complexas, que geralmente envolvem simultaneamente a população indígena, a exploração privada, um órgão governamental e a justiça. Um bom exemplo deste tipo de resolução de conflito é o dos danos ambientais e morais sofridos pela comunidade indígena devido às plantações de Soja e Cana na terra Indígena de Guyaroká. O Ministério Público Federal iniciou uma demanda contra a FUNAI exigindo uma indenização de R\$ 170 milhões. A FUNAI não cumpriu com seu papel de protetor dos direitos indígenas ao não impedir que se produzisse um dano ambiental e moral pela produção de soja e cana e foi imputada juridicamente por isso. A lei incentiva a participação do Estado como mediador na resolução de conflitos.

*Tradução: Libório Junior